



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Os efeitos do progresso comunicacional no desenvolvimento do interior Português – Um estudo de caso do concelho de Mação

Miguel Paisana Morais

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Gustavo Cardoso, Professor Auxiliar com Agregação
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro, 2011

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Os efeitos do progresso comunicacional no desenvolvimento do interior Português – Um estudo de caso do concelho de Mação

RESUMO

Houve, em Portugal, nas últimas décadas, um forte investimento em infra-estruturas comunicacionais e a uma redução significativa das distâncias relativas que ligam os diversos pontos do país, sobretudo, o litoral ao interior. Ainda que esse progresso comunicacional tenha sido apoloizado como uma forma de mitigação das dinâmicas de desertificação e do despovoamento, que acentuam as disparidades demográficas e económicas entre litoral e interior, essas tendências não se inverteram. Este estudo relaciona a questão do progresso comunicacional com essas dinâmicas de mobilidade num concelho do interior português (concelho de Mação), explorando a relação entre a evolução positiva do concelho em termos comunicacionais e as suas tendências demográficas recessivas, recorrendo a horizontes teóricos do campo da teoria da comunicação e das teorias da sociedade em rede, em particular. Foi realizado um diagnóstico da situação do concelho, com base em procedimentos de planeamento estratégico, e uma série de dez entrevistas em modelo semi-directivo a indivíduos que se deslocaram do concelho, procurando-se perceber quais as motivações da sua saída e as suas percepções sobre a sua experiência no concelho, sobre o seu desenvolvimento e a sua situação comunicacional. Os resultados indicam uma significativa mutação dos sentidos dos trajectos pessoais, do seu planeamento e dos mecanismos de construção de uma identidade pessoal e colectiva associada ao concelho. O progresso comunicacional permite uma construção identitária à distância, nos destinos de deslocação, e a diminuição da distância entre o concelho e outros espaços / oportunidades ajuda a compreender as razões da não inversão das tendências demográficas recessivas.

Palavras-chave: Despovoamento; Território; Desenvolvimento; Comunicação; Meios de comunicação; Sociedade Informacional em rede.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO EM INGLÊS: The effects of communicational progress on the development of the portuguese interior – A case-study of the concelho de Mação

ABSTRACT

Portugal suffered, over the last decades, a strong investment on communicational infrastructures, with a meaningful reduction of the relative distances between various areas of the country, especially the coastal and interior ones. Even though that communicational progress has been presented as an effort to mitigate the desertification and rural flight dynamics, those weren't reversed. This study relates the issue of communicational progress with these dynamics on a specific area of the Portuguese interior (concelho de Mação), exploring the relationship between the positive evolution of its communicational situation with the recessive demographic tendencies, based on theoretical contributions of the communication theory and, particularly, of the network society propositions. Using strategic planning procedures, a diagnosis of the concelho's situation has been built, along with a group of ten semi-directive interviews to people to people who left Mação, in order to understand the motivations the led to that itineration and how they perceive their life experience on the concelho, its development and communicational evolution. The results point towards a significant change on the meaning of each personal change experience, the way it is planned, and also of the instruments that are used to built an individual and collective identity that connects these people to the concelho. The communicational progress allows the strengthening of that identity at distance, and the decrease of the distance between the concelho and other places / opportunities is an important clue to understand the reasons of the contemporary recessive demographic tendencies.

Keywords: Rural flight; Territory; Development; Communication; Media; Network Society.

ÍNDICE

Índice de quadros	ii
Índice de figuras	ii
Glossário de siglas	iii
Introdução	1
Capítulo I - Revisão de literatura	3
Capítulo II – Caracterização do concelho de Mação	19
Capítulo III - Deslocações e não-deslocações	36
Conclusão	53
Fontes	58
Bibliografia	58
Anexo A	I
Anexo B	IV
Anexo C	V
Currículo Vitae	XIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Concelho de Mação: indicadores demográficos 2001-2008	22
Quadro 2.2 Concelho de Mação: classificação de actividades económicas	25
Quadro 2.3 Concelho de Mação: indicadores de emprego e actividade 1991-2001	26
Quadro 2.4. Diagnóstico do concelho de Mação: Matriz SWOT	33

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Localização do concelho de Mação e freguesias	19
Figura 2.2 Concelho de Mação: evolução da população (2010-2030)	21
Figura 2.3 Concelho de Mação: relevo e densidade populacional	22
Gráfico 2.4 Concelho de Mação: estrutura etária da população	23

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AFLOMAÇÃO – Associação Florestal do concelho de Mação
CMM – Câmara Municipal de Mação
CNO – Centro Novas Oportunidades
CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
EU – União Europeia
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GNR – Guarda Nacional Republicana
GPS – Global Positioning System
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRC – Imposto sobre o Rendimento Colectivo
NERSANT – Núcleo Empresarial da Região de Santarém
NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial
SCMM – Santa Casa da Misericórdia de Mação
SIG – Sistema de Identificação Geográfica
ZIF – Zona de Intervenção Florestal
ZIT – Zona de Intervenção Territorial

INTRODUÇÃO

O interesse sociológico pela problemática do despovoamento, em geral, e pelo despovoamento no concelho de Mação, em particular, não é recente. Esta questão foi anteriormente abordada em diversos trabalhos realizados no âmbito da Licenciatura em Sociologia e Planeamento no ISCTE-IUL ("Dinâmicas de despovoamento no concelho de Mação" em Laboratório de Planeamento II e "Revitalização agro-silvo-pastorícia do concelho de Mação" em Laboratório de Planeamento III), no contexto das metodologias de diagnóstico preconizadas pela vertente disciplinar de planeamento estratégico. A génese desta dissertação deriva, de certa forma, de uma das conclusões aferidas nessa abordagem: as principais questões que se levantam no estudo do despovoamento e da desertificação são eminentemente metodológicas, derivadas do próprio posicionamento do investigador face ao seu objecto. Se se procurou, em abordagens anteriores ao concelho, perceber porque é que as pessoas abandonam o interior, em particular o concelho de Mação, nesta dissertação procurou-se perceber as razões pelas quais as pessoas não ficam no interior. Pode parecer que esta distinção é apenas retórica, mas há uma diferença significativa entre um posicionamento exógeno face ao concelho, mais comum no estudo contemporâneo do despovoamento, e um posicionamento mais endógeno, do ponto de vista do próprio concelho que se propõe estudar nesta dissertação. A dissertação foi pensada e está estruturada em função desta evolução no conhecimento da situação do concelho de Mação. Abordam-se, como se verá, as questões do despovoamento, mas também se abre uma nova linha de investigação, que relaciona algum conhecimento antigo, sobre a situação do concelho, com novos horizontes teóricos. Assim, esta proposta é simultaneamente um projecto de continuidade e ruptura face ao trabalho já realizado durante o primeiro ciclo em Sociologia e Planeamento, sendo o conhecimento gerado durante esse período utilizado não só enquanto agente contextualizador, mas também para ser repensado e ajudar a materializar e fundamentar uma nova abordagem que toma forma com esta dissertação.

Na produção de um ensaio reflexivo sobre os efeitos do progresso comunicacional no desenvolvimento do interior português, na forma de um estudo de caso, optou-se pela exploração de novos sentidos teórico-contextuais, na definição do que é o depauperamento humano e natural, vulgarmente designado de despovoamento e desertificação, de quais são os sintomas de deterioração do interior e de como se fazem sentir, e do que é e do que foi, enfim, o progresso comunicacional que, com maior ou menor rigor, se promoveu no contexto da ordem societal contemporânea. A abordagem teórica que se debate encontra diversos sentidos na teoria da comunicação, na sociedade em rede, na globalização, no risco, e nas sugestões interpretativas dos meios de comunicação, como se verá adiante. Porquê? Porque o desfazamento entre o desenvolvimento do litoral e do interior português aponta para uma desadequação comunicacional, que determina diferenças territoriais muito particulares, nos mais diversos campos - o

despovoamento enquanto problema eminentemente comunicacional. A questão deve ser também levada a um outro nível, das percepções sobre uma série de conceitos com os quais se tende a lidar com alguma leveza, e aos quais associamos, com excessiva agilidade, outros conceitos que necessitam de um enquadramento mais profundo. Esta será a justificação para a inefectividade de muitas das políticas de mitigação do despovoamento e desertificação em Portugal nas últimas décadas: a vulgarização de uma percepção política, mediática, social (e por vezes sociológica) litoral-centrada sobre todo um território com características díspares, que não é mais que uma forma de etnocentrismo.

São também várias as razões que justificam a opção pela materialização empírica desta dissertação na forma de um estudo de caso sobre o concelho de Mação. Mação é, como se verá adiante, um concelho como muitos outros, situado no interior português, com uma situação demográfica própria de uma zona progressivamente despovoada, vítima de uma sangria rural muito acentuada na forma de uma diáspora um pouco por todo o país e estrangeiro (sobretudo a partir da década de 60 do século XX). Como em muitos outros concelhos, não houve resultados significativos na mitigação das dinâmicas de despovoamento e desertificação nos últimos anos, quer a nível nacional, quer local, com excepção para o caso de algumas cidades médias. O que faz da situação deste concelho um estudo de caso verdadeiramente interessante é a conjugação de uma série de factores que, apesar de tudo, não foram suficientes para inverter a situação: a originalidade de algumas das medidas de combate ao despovoamento em conjunto com uma situação comunicacional positiva, não só em termos de disponibilidade de meios de comunicação mas, também, da própria localização do concelho.

A proposta de verificar a dinâmica dos impactos do progresso comunicacional que se efectivou no desenvolvimento do interior português, e averiguar de que forma esses efeitos influenciaram as dinâmicas de despovoamento surge num contexto de investigação específico. Ainda que cada vez mais comunicacionalmente incluído, o interior e o seu tecido populacional e humano revela-se incapaz de corresponder, no contexto de uma sociedade informacional em rede, aos intensos e ininterruptos fluxos comunicacionais em todas as suas dimensões, em termos de estrutura, conteúdo, ritmo e, também, ao inegável peso que estas novas dinâmicas têm na relativização de duas medidas cada vez menos absolutas: espaço e tempo. A elasticidade destes valores torna-se mais acentuada na perpetuação evocada pelas dinâmicas da globalização e das novas articulações entre global e local.

Pretende-se averiguar, com o estudo de caso do concelho de Mação, qual a dimensão problemática de hardware e software, entre o que fisicamente liga o país, em geral, e o litoral e o interior, em particular, e a informação que circula simbolicamente nesses meios de comunicação, pois a raiz da desadequação tanto poderá estar compreendida na esfera de uma dessas dimensões mas, também, na articulação conceptual, por um lado, e empírica, por outro, que tem servido de base à formulação política de medidas de mitigação do despovoamento e desertificação, até agora

aparentemente ineficazes. No capítulo I – Revisão de literatura, problematizar-se-ão as questões do despovoamento e desertificação enquanto problema potencialmente comunicacional, à luz de uma sedimentação teórica com recurso a três eixos fundamentais, não só do campo da teoria da comunicação, mas da globalização, risco e estudo dos media: “Território, comunicação, espaço e tempo”; “Globalização e sociedade informacional em rede: novas territorialidades comunicacionais”?; “Risco e contemporaneidade” e “O meio é a mensagem de que o meio é a mensagem”. O capítulo II – Diagnóstico do concelho de Mação, dirá respeito a uma exploração empírica da realidade Maçaense, através de um diagnóstico relacionado com a situação actual do concelho de Mação em termos económicos, políticos, sociais, demográficos e comunicacionais, cuja síntese materializará na forma de uma matriz SWOT. O capítulo III – Deslocações e não-deslocações, coincide com um cruzamento entre os fundamentos teóricos explorados e a situação efectiva do concelho. De forma a melhor compreender e analisar a dimensão dos processos de despovoamento e do progresso comunicacional, realizou-se uma série de 10 entrevistas a indivíduos que se deslocaram do concelho, recorrendo a técnicas de análise de conteúdo assistida por computador (via software MAXQDA 10), com o objectivo de explorar as suas percepções sobre a situação do concelho em termos de desenvolvimento em geral, de desenvolvimento dos meios de comunicação em particular, e em que medida é que essa evolução afectou ou não o planeamento do percurso de vida individual de cada um. Estruturalmente, esta proposta pretende fornecer um conhecimento geral sobre a situação do concelho, partindo depois para uma discussão e reflexão específicas sobre as questões do progresso comunicacional.

O imperativo metodológico de assumir um posicionamento endógeno face ao concelho e sua situação, conduziu à necessidade de pensar a situação comunicacional da região em função das percepções e percursos individuais de indivíduos que se encontrem deslocados do concelho, as suas motivações e posicionamento face a um espaço ao qual estarão mais ou menos ligados, senão fisicamente, pelo menos simbólica ou emocionalmente. Desta constelação de percepções e significados pretende-se aferir qual o contributo que o progresso comunicacional teve, efectivamente, nas dinâmicas de despovoamento do concelho de Mação: até que ponto pode o despovoamento ser, também, uma questão comunicacional, com uma relação de causa e efeito que não foi ainda totalmente compreendida.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

Território, comunicação, espaço e tempo

O despovoamento é um processo potencialmente comunicacional e a compreensão de um processo dinâmico comunicacional, qualquer que seja ele, tende a ter sempre por base, mesmo que isso não seja referido, o espaço físico enquanto variável e dimensão incontornável do desenvolvimento dos

processos sociais. Transporte de pessoas, de bens, a viagem instantânea da luz ou a simples movimentação dos corpos. Aprendemos, com maior ou menor virtude, a manipular e relativizar o peso social, económico e até político desse espaço, sobretudo pela manipulação conjunta desse peso com o do tempo. O maior avanço, a marca progressista civilizacional mais vincada, desde meados de séc. XIX e da institucionalização da Revolução Industrial é, talvez, o progressivo aumento da capacidade humana de relativizar o até então absolutamente e estaticamente mensurável: o espaço e o tempo. Posteriormente, essa capacidade manipulativa virá a ser, talvez, a mais consensual e distintiva marca do processo de globalização, uma assunção base de muitas propostas teóricas. Mais, a passagem do reconhecimento de um valor absoluto para uma quantificação variável tem implicações significativas ao nível da construção social do conhecimento, sobretudo, ao nível dos processos sociais de relacionamento individual e colectivo com o espaço, razão que legitima, por isso, o aprofundar do estudo da mobilidade territorial e dos movimentos migratórios.

A possibilidade desta capacidade de manipular o valor do espaço e contornar as suas imposições viria a estar na base de sugestões teóricas, como é o caso da que se foi cientificamente institucionalizando a partir de anos 40, e que teve origem em Chicago: o mundo ou realidade física, o espaço (tal como o ambiente, por exemplo) são apenas mais uma esfera de produção social, determinante, é verdade, para a evolução social mas também por ela determinada, na razão de ser simultaneamente um meio ou o meio de comunicação por excelência, um agente com uma carga social associada e, portanto, com património simbólico indissociável e potencialmente comunicacional nas dinâmicas mais básicas de partilha simbólica, mas, também, uma entidade não só determinada mas capaz de determinar, significativamente, a forma como nos movemos e comunicamos. Mesmo que uma barreira física seja transposta, ela permanece enquanto tal porque teve de ser pensada e socialmente determinada enquanto tal. Produziu-se conhecimento, ideias, símbolos e conteúdos comunicacionais em consequência dessa existência – um rio, uma montanha, o que for. Contornado esse determinismo geográfico, a barreira pode perder a sua relevância física enquanto dificuldade, mas ganha um reconhecimento subjectivo, imaterial e simbólico novo, ou renovado.

A proposta que aqui se debate só fará sentido se se entender o conceito de território enquanto agente social e produção social distintiva da condição humana, como meio de comunicação, também. Esta breve contextualização da noção de território será devidamente concluída, adiante, mas o que é desenvolvido entretanto deve ser pensado à luz da dualidade proposta. Por território entenda-se a associação e não a dissociação entre a componente física do mundo – a que se chamará hardware – e a produção simbólica que decorre nesse contexto – software – porque estas são duas dimensões em permanente interacção simbiótica, o que significa que estão sujeitas a afectações mútuas.

**Globalização e sociedade informacional em rede:
novas territorialidades comunicacionais?**

A contemporaneidade comporta uma marca muito própria face a contextos passados, que é a velocidade a que as coisas acontecem e, também, a velocidade a que deixam de acontecer. Isso está bem patente na produção teórica sobre o que é essa contemporaneidade, ou a condição contemporânea. A questão poderá ser vista como primordialmente comunicacional e informacional, na medida em que a rapidez é um valor próprio destes factores. Há uma diferença muito significativa na distinção entre sociedade da informação e sociedade informacional. Se, na primeira, a presença e importância da informação nas estruturas sociais é significativa, na segunda, o valor adjetival do termo “informacional” é bem expressivo do peso que esse conceito tem na determinação das estruturas organizativas e na produção, comunicação e interpretação sócio-simbólica, aquilo que designamos, com relativa abrangência, de informação ou conteúdos comunicacionais / simbólicos.

A evolução histórica e societal das estruturais sociais de informação e das estruturas sociais em rede é diferente, na medida em que já se assistiu à disseminação de lógicas sociais em rede, mas só a partir da segunda metade do séc. XX (sobretudo no último quartel), esses fluxos se tornaram suficientemente intensos para se constituírem enquanto fluxo sanguíneo de uma estrutura informacional em rede, devidamente enquadrada na ascensão do modelo tecnológico-informacional. As novas configurações estruturais afectam funcionalmente o espectro operativo dos processos, em todas as dimensões da vida social: relações sociais, de poder, construção identitária, produção simbólica, cultura, socialização e, também, usos sociais e relação com o espaço (Castells, 2000 e Castells, 1997). A marca mais vincada desta passagem para o modelo em rede é, precisamente, o aumento significativo do grau de afectação que o peso da estrutura organizacional tem sobre os processos de transformação e mudança – a estrutura comporta, desde logo, uma carga simbólica expressiva sobre os processos que nela ocorrem: “This power networking is changing the way we perceive, organise, manage, produce, consume, fight and counter-fight – embracing practically all dimensions of social life.” (Castells, 2001: 548). Em todo o caso, todas as acções comunicacionais transportam não só o seu próprio conteúdo informacional, mas a própria carga significativa do meio e da estrutura, ideia relativamente bem aceite em muitas propostas sociológicas sistémicas, como é o caso de Luhmann: “Each operation of a system (in the case of social systems: each communication) (re)produces this boundary by embedding itself in a network of further operations, in which it at the same time gains its own identity.” (Bechmann e Stehr, 2001: 190). A separação entre especificações sistémicas, morfológicas e orgânicas não é possível senão para efeitos de análise e clarificação teórica, na identificação de áreas e espectros de mudança. No devir interminável de uma sociedade informacional em rede assiste-se à intersecção de conceitos nunca antes associados desta forma, e evidencia-se a determinação informacional e

comunicacional, com novos contornos, em todas as esferas da vida social: perfis de estratificação, de crescimento e desenvolvimento, de redefinição dos papéis sociais, práticas profissionais, e, até, forças produtivas (Susser *in* Castells e Susser, 2002).

Uma das questões mais interessantes consiste na compreensão e análise teórica da génese operativa entre rede e fluxo informacional, uma relação dialéctica e, portanto, de mútua (re)construção: a estrutura determina e modela a orientação dos fluxos informacionais, mas os processos de recepção, interpretação e (re)produção e replicação simbólico-informacional também têm efeitos significativos sobre a estrutura, levando à permanente reconfiguração da rede. Sendo uma rede um conjunto de esferas interligadas entre si, levando à constituição de uma intrincada teia de relações, directas e indirectas, colocam-se questões relacionadas com a evolução dessas esferas face aos fluxos ininterruptos de informação e capacidade de lhes responder. Cria-se uma rede interminável de esferas ligadas entre si, todas elas agentes produtivos de conteúdos simbólicos, determinando-se a sua subsistência ou não subsistência por essa capacidade de acompanhar a circulação de fluxos informacionais (Castells, 2004). Esta sugestão não surge descontextualizada. É fruto de uma série de fenómenos de motivação evolutiva da génese estrutural e informacional que ocorreram na segunda metade do séc.XX:

The first is the revolution in information technology that started in the 1970s and then expanded all over the world. The second is the process of globalisation, which incidentally is not only economic. There has also been globalisation of the media, as well as cultural and political globalisation, etc. The third feature is the emergence of a new form of organisation that I call networking.¹

Segundo Castells, num plano analítico económico global, o capitalismo tardio progrediu, em finais de século XX, no sentido da institucionalização dos fluxos informacionais enquanto capital simbólico e medidor dos rendimentos e performances económicas dos núcleos, porque a competitividade e a produtividade das diversas unidades de produção num sistema económico assim configurado dependem, inevitavelmente, da sua capacidade de produzir, processar e aplicar conhecimento baseado nesses fluxos. O carácter global dos processos, por outro lado, torna a competitividade num acérrimo exercício de adequação face a escalas e valores identitários novos, divergentes e emergentes, a convergir num único tronco que são os meios de comunicação pelos quais os fluxos informacionais fluem, pelo que de nada serve dispor dos meios se não se dispõe dos recursos estratégicos para maximizar o seu uso - ideia muito importante ao reflectir as dinâmicas de despovoamento em parâmetros comunicacionais. É uma dinâmica global porque as actividades nucleares do sistema estão dispostas e organizadas a uma escala global, directa ou indirectamente, através de uma rede que une todos os agentes entre si. Ainda que a competitividade assuma, agora,

¹ Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley (p.548).

uma tão importante componente em rede, informação, conhecimento e rapidez sempre foram factores de grande importância para o progresso do sistema económico, seja a questão analisada a uma escala mais global ou mais local (Castells, 2000: 77). A relação entre capital, primordialmente global, e trabalho, valor local, é também dialéctica.

A abordagem de Castells face à questão territorial na sociedade informacional em rede é ecléctica e, em grande parte, motivada certamente pelo seu trabalho na área da sociologia urbana (Borja e Castells, 1997; Castells e Susser, 2002, Castells 1975 e Castells, 2001). É relevante trazer para a discussão a associação que o autor faz entre as novas tecnologias da informação, as dinâmicas de rede, e as novas tendências de reconfiguração e deslocação demográfica das populações um pouco por todo o mundo. Nesse plano analítico, repensa as questões da (neo)urbanização da vida humana, paralelizando a crescente diversificação e intensidade da vida urbana nos novos aglomerados urbanos (não lhes chama “cidades” na plena significação do termo), com o depauperamento substantivo e expressivo da vida nas regiões interiores e (tipicamente e historicamente) rurais, a resultar na reconfiguração das realidades regionais:

Reliable projections state that by mid century, between two-thirds and three-quarters of the total population will be living in ‘some kind’ of urban agglomeration. And the critical question is, which kind? Certainly we will not be living in the countryside, as we now know it. We may be living in urbanised villages, though. This is one of the most important forms of rapid urbanisation, particularly in developing countries. This process of urbanisation is concentrated disproportionately – and increasingly so – in metropolitan areas of a new kind. These urban constellations are scattered throughout huge territorial expanses (...) today, we have not only metropolitan areas but also big ‘metropolitan regions’, and these are very special indeed. They are a mix of cities, countryside, centre (...)²

Mais, se quisermos estender, neste ponto, a reflexão a um antagonismo entre o que vulgarmente reconhecemos como espaço urbano e espaço rural, é possível encontrar em novas propostas teóricas, pistas para enriquecer essa discussão, na forma dessa produção sócio-simbólica que afirma a ascensão do urbano em detrimento do rural, do *despovoado* ou do *desertificado*:

Castells notes the uneven development between the country and the city, and argues that the massive influx of poor rural migrants to cities of what we might now designate the "South" [*aqui no contexto*

² Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley (p.549).

global] was a consequence of the disruption of agrarian society through the incursions of capitalist investment.³

A novidade desta reconfiguração territorial, associada à própria reconfiguração do sistema político e económico capitalista em torno da informação enquanto recurso, comporta uma série de questões importantes, e que devem ser sublinhadas. Em primeiro lugar, a *novidade* de tal transformação traz novos desafios em termos de análise social e sociológica dos fenómenos, dúvidas evocadas por perguntas simples: como é que nos estamos a (re)organizar e o que são estes novos aglomerados urbanos (“Some people call them edge cities, others call them conurbations. I think all these terms believe the novelty of the process. And that novelty lies in the ability to connect functionally a huge number of people and activities throughout a large expanse of space.” (Castells, 2001: 549). Em segundo lugar, e pegando nesta mais-valia funcional do novo modelo, como é que ela se coaduna, de facto, com a realidade física e virtual de uma sociedade da informação em rede:

These magnets of economic, cultural, political and urban growth are absorbing more and more of their population and activities in their hinterland. In fact, they become nodes in global networks of cities. Indeed, advanced telecommunications, the internet, and fast computerised transportation systems (...) allow for a simultaneous spatial concentration in huge areas and thus for decentralisation (...) These systems are introducing a new geography of networks and urban nodes throughout the world, throughout countries, between metropolitan areas and within metropolitan areas. This is the new urban geography.⁴

Terceiro, como funcionam de facto estas novas orgânicas, as novas sociabilidades híbridas e que novas exigências, localizadas e globalizadas, se impõem, sobretudo, no que diz respeito ao desdobramento dos indivíduos e seus modelos de organização (territorial ou não) para acompanhar a nova ordem, no acto de prossecução da sua vida quotidiana - económica, cívica, política, comunicacional e cultural, em última instância, a sua génese identitária:

The constitution of these mega-metropolitan regions without a name, without a culture, and without institutions weakens the mechanism of political accountability, of citizen participation, and of

³ Castells, Manuel e Ida Susser (orgs.) (2002), *The Castells reader on cities and social theory*, Oxford, Wiley-Blackwell (p.3).

⁴ Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley (p.550).

effective management. In other words, there is increasing contradiction between the actual spatial unit and the institutions of political representation and metropolitan management.⁵

Uma das características mais marcantes da contemporaneidade, neste plano argumentativo, será a associação entre exclusão humana e territorial. Sabe-se hoje que as novas geografias humanas podem levar a que grande parte da população corra sérios riscos de marginalização pela exclusão informacional e económica; desenvolvimento da crise das actividades tradicionais, com fraca capacidade de adaptação e incapacidade em projectar o seu potencial fixo na rede; desmaterialização drástica dos fluxos económicos, a requerer dos actores capacidades analíticas muito especializadas; redefinição pouco clara da relação / intersecção entre as esferas pública e privada em todos os campos da produção social; ascensão do marketing enquanto actividade-chave para o sucesso / fracasso de projectos de revitalização económica e necessidade de actualizar permanentemente os parâmetros da governança para a inclusão territorial (Borja e Castells, 1997). O binómio global / local, mais do que uma questão de escala, invoca uma questão ontológica incontornável que é a de como responder aos ímpetus competitivos globais, da rede, estando ao mesmo tempo ligado ao que é *localidade* e identidade. Num ensaio-resposta a esta questão, Castells afirma que a primeira prioridade reside na compreensão de como existir na rede global, dimensão que se afasta da de *localidade* enquanto expressão e emanção social e isto ocorre, simplesmente, porque é na funcionalidade global que estão as verdadeiras expressões de competitividade e produtividade, de criação e apropriação da riqueza (Castells, 2001). Em certa medida, a expressão da Globalização passa, sobretudo, pela reconfiguração de processos já existentes, novas formas de institucionalização de, por exemplo, perfis estratificacionais, de classe. Um pouco na linha do que é enunciado por Castells, a questão do global e do local é, em Beck, sintomática de novas formas de apropriação da riqueza e de construção identitária, tendência que se aproxima da ideia da proliferação dos *pobres localizados* e dos *ricos globalizados*, na medida em que a inclusão na ordem global é determinante para a acumulação da riqueza (Beck, 1997: 88).

A explicação das dinâmicas de exclusão territorial será, porventura, mais fácil de compreender neste plano de ideias. Na lógica da determinação estrutural que a rede exerce sobre a orientação do fluxo informacional, também determina a exclusão ou inclusão de esferas sociais:

The higher the value of people and places, the more they are connected in interactive networks; (...) In extreme cases, some of the places are by-passed by the new geography of networks. This is indeed what happens in depressed rural areas around the world, in declining regions, or in urban shantytowns. Then the infrastructure of these networks – not only of communication networks, but also of water, electricity, roads, or advanced communication systems – reinforces this segregation. Recently

⁵ Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley (p.552).

published work on splintering urbanism clearly shows how these spatial and social trends towards splintering spaces are in fact materially articulated and reproduced in the design of telecommunication infrastructures.⁶

A reflexão teórica, ao nível das dinâmicas de organização e distribuição humana e social pelos territórios, tem sido insuficiente ao nível da sociologia rural, na busca de um sentido, mas muito frutífera por parte da compreensão da sociologia urbana, questão que tenderá a ser, também ela, cultural e, portanto, sintomática de uma adaptação a um contexto social em rede: “The transition from a "rural culture" to an "urban culture", with all its implications of "modernity" and resistance to change, establishes the (ideological) framework of the problems of adaptation to new social forms.” (Castells, 2002: 34). Foi a própria percepção e conceptualização social (e científica) do rural e do urbano que se alterou, conduzindo a um significativo enviesamento do reconhecimento do valor social dos diferentes tipos de território.

A adaptação do plano teórico da sociedade informacional e das propostas funcionalistas em rede ao estudo das dinâmicas da Globalização é frutífera, no sentido da compreensão da dimensão dos fenómenos em causa, da sua abrangência sócio-sistémica na análise de dinâmicas políticas, económicas e demográficas e da percepção alargada das permanentes reconfigurações de (re)construção social das medidas que separam os indivíduos ou as diversas esferas da estrutura social em rede. Essa adaptação será, no contexto analítico deste projecto, uma mais-valia na compreensão das dinâmicas territoriais associadas ao progresso comunicacional no interior português, na problematização da relação entre o interior e o litoral, regiões com características distintas nos mais diversos campos, não sendo o comunicacional uma excepção. Em muitos aspectos, a situação nacional enquadra-se plenamente no quadro Europeu e global de uma sociedade da informação em rede, em fase expansiva. A exclusão e segregação informacional (e territorial) é, sobretudo, comunicacional e infraestrutural, coisas que de facto importam e determinam a existência social: “(...) Where you have fast internet access or not, where you have fibreoptic cable or not, where you have advanced transportation systems or not. In Europe, the localities by-passed by the high-speed trains are being segregated.” (Castells, 2001, 551). Em todo o caso, verifica-se cada vez mais a necessidade de pensar as relações sócio-espaciais, porque esse campo está geneticamente relacionado com o próprio significado da sociedade informacional em rede e da sua determinação tecnológico-informacional, porque o que aproxima, também pode afastar, ideia que faz todo o sentido no plano das recentes transformações do mundo urbano, mundo em que os espaços e territórios são ora incluídos em redes transterritoriais ora excluídos pela efectiva separação entre si (Castells, 2002 *in* CET, 2002: 11 e ss.). É errado pensar que a inclusão informacional e territorial corresponde ao espaço ideal-típico do mundo urbano e que a

⁶ Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley (p.551).

situação inversa diz, preferencialmente, respeito à condição da interioridade ou da ruralidade. Há inúmeros registos de situações de efectiva exclusão territorial, informacional e simbólica em grandes pólos urbanos e áreas metropolitanas, veja-se o caso do bairro da Bica, em Lisboa, cruzado (e dividido) pelo elevador que é talvez a sua maior marca distintiva e simbólica: “(...) A circulação deste elevador unindo os dois pontos exteriores do bairro (...) contribui para uma maior separação entre o cidadão que se mete dentro de um elevador para subir a colina e o bairro que apenas é entrevisto e imaginado das suas janelas.” (Cordeiro, 1997: 77). Este exemplo é paradigmático e, em particular, teoricamente frutuoso na constatação de que as dimensões da exclusão espacial e territorial são muitas, e não necessária e exclusivamente de ordem física ou cultural. De qualquer forma, seja qual for a dimensão da exclusão, ela tende a corresponder sempre a uma situação informacional deficitária, o que confirma o avançado estado de institucionalização da sociedade informacional em rede. Este défice conduz ao despoletar de novos mecanismos e tendências de mobilidade.

Contemporaneamente, a movimentação, seja ela simbólica / cultural / identitária ou física, em termos de mobilidade das pessoas ou bens, está sujeita a este dualismo que não é mais do que um sistema de forças, que emana e reflecte o risco da própria condição ontológica dos indivíduos, ligados ou desligados da rede e de espaços que lhes permitem maximizar o seu potencial competitivo na rede, não necessariamente de forma apenas física ou apenas virtual, em mecanismos de expressão híbrida e complexa.

Risco e contemporaneidade

Pensar a mudança consiste em pensar a ordem dinâmica das coisas e assumir, geralmente, que o que soubemos até aí está errado ou necessita de ser repensado. Não há sociedade sem mudança, pelo simples facto de esta segunda estar sempre a acontecer, ainda que de tal não nos apercebamos. A globalização é um fenómeno secular, e está constantemente a ser pensado e repensado. O mesmo se passa com a sociedade em rede. Sabe-se, através do contexto teórico contemporâneo, que já existiram sociedades em rede das mais diversas formas, e sabe-se também que elas não eram sociedades *informacionais* em rede, na potência do conceito que marca a nossa condição tão particularmente contemporânea. Estes desfasamentos interpretativos, esta demora na assunção dos factos, atesta a humanidade do pensamento, bem como o potencial reflexivo do ser humano face à sua própria condição. Não sabemos, hoje, se somos mais do que fomos, porque só o saberemos num contexto futuro e aí colocar-se-á a mesma dúvida sobre a nossa posição nesse tempo. A reflexividade é, assim, um campo complexo e, quando interseccionada com a questão do risco torna-se, talvez, ainda mais questionável.

A opção de tratar as questões teóricas do risco surgiu aquando da revisão de algumas propostas de Niklas Luhmann, naquela que foi, talvez, a maior clarividência do próprio acto de

comunicar enquanto risco e, para mais, risco sério. Pensando numa rede informacional, e no número infinito de operações comunicacionais que a mantêm funcional, não é falacioso assumir que o risco é uma constante desse sistema e, no contexto do capitalismo e globalização tardios, da competitividade enquanto valor social incontornável, o risco é, até, a condição essencial da sobrevivência de qualquer sistema, ideia subjectivamente presente também nas propostas de Castells. A sugestão de Luhmann enquadra-se, e caminha até certo ponto, no sentido das propostas da sociedade de risco / modernidade reflexiva, na medida em que consiste num revisionismo de certa forma radical da orientação morfológica dos sistemas e redes. Continuam a existir sistemas pior adaptados e, como diz, “Um sistema só é capaz de evolução, e sê-lo-á sempre, quando determinados problemas internos se agravarem a tal ponto que já só podem resolver-se com a ajuda de modificações estruturais.” (Luhmann, 2001: 129).

A adaptação sistémica deve, em Luhmann, muito ao operacionalismo comunicacional enquanto função primordialmente dotada de um elevado grau de improbabilidade. Improvável, em primeiro lugar, porque a compreensão é determinada pela consciência e pela individualização interpretativas (diferentes configurações axiológicas) de cada agente social, o que determina não só a apropriação do significado dos fluxos informacionais mas, também, a sua replicação na rede, na perpetuação da forma como esses conteúdos serão replicados. Em segundo lugar, a improbabilidade estende-se ao facto de ser pouco plausível que os fluxos mantenham a sua génese constitutiva ao longo da sua circulação, sofrendo deturpações de sentido mais ou menos significativas ao longo desse percurso. Por último, o improvável é também legitimado pela dificuldade na obtenção do resultado desejado de um processo de comunicação. O relativismo dos factos sociais e sua complexidade tende a favorecer a adopção incondicional de conteúdos, em detrimento da sua análise crítica – ou *reflexiva* (Luhmann, 2001: 42 e *ss.*). Desta forma, compreende-se que o risco é, não só, um agente presente na génese das redes, como é também uma mensagem subjacente à acção dos meios e dos fluxos que eles perpetuam – uma forma de mensagem subjectiva, cujo valor para esta discussão se discutirá adiante.

Luhmann não é aquilo a que se possa chamar um teórico do risco, é trazido para este contexto por questões de ordem teórica e de sentido. Aliás, a sua apropriação conceptual do risco reside, precisamente, no perigo das deturpações de sentido, da interpretação, que depois dão origem fenómenos complexos como a formação das representações sociais dos símbolos. A proposta de Beck é, pelo menos entre as mais divulgadas, das que mais radicalizam os sentidos da modernidade e da reflexividade contemporâneas. O risco, enuncia, é a probabilidade de sofrer dano físico em virtude de processos causais de génese tecnológica ou de outra origem. É uma inabalável condição do progresso. Enquanto construção abstracta, espectral, está intimamente associada ao progresso enquanto síndrome científica e industrial, e a sua existência social solidifica-se na forma de agente de socialização, na edificação e estruturação da identidade ontológica contemporânea (Beck, 1992). A distinção entre períodos e etapas societais modernas é clara e mais ou menos consensual entre os

autores da sociedade de risco. Neste contexto, o mecanismo de passagem do modelo de sociedade industrial para o modelo de sociedade de risco / modernidade reflexiva é uma questão de distribuição: distribuição de bens na primeira e distribuição e democratização do risco e das externalidades negativas do modelo social, económico e industrial global, na segunda. Note-se que esta concepção não separa os dois modelos, apenas os distingue, na medida em que a sociedade de risco continua a ser, em última instância, de génese industrial porque é a indústria em conjunto com a esfera científica, o principal foco gerador de risco e insegurança (Beck, 1992 e Beck, Giddens e Lash, 1994), a somar a um outro factor de menção inegável que é a especulação financeira.

Os sistemas de gestão social do risco são, eles mesmos, uma forma de *indústria social* com origem nas esferas política e institucional, uma rede discursiva complexa e pluralista que gere a relação social e a convivência com a insegurança. Esta produção simbólica, com fins altamente racionalizantes e legitimantes da ordem social, incorpora e aceita o risco até certa medida, geralmente, até ao nível de expressão daquilo que é considerado o cepticismo, condição que é, também ela, estruturante da modernidade reflexiva e da contemporaneidade (Beck, 1992). Por outro lado, a discussão sobre o risco e o pendor reflexivo da modernidade é muito complexa, em parte, pelo cruzamento de campos como o da ciência e política, já complexos em si. No entanto, a grande barreira face ao consenso reside na própria materialidade do objecto. Tal como todas as marcas ontológicas que, historicamente, se foram impondo, a plena potência do conceito de risco reside na sua imaterialidade, espectralidade e omnipresença, que evoca questões de pendor existencialista a nível individual, colectivo e sistémico. Este factor é particularmente expressivo quando se fala das questões ambientais, pela inseparabilidade dialéctica entre mundo natural e social e sua íntima relação de causalidade e mútua afectação. As questões teóricas do risco, reflexividade e modernidade reflexiva tendem a sugerir um horizonte interpretativo próximo do negativismo e, até, alarmismo. Esse é outro ponto comum a muitos dos autores do risco mas, regra geral, a sua proposta visa evidenciar a constituição do pensamento reflexivo enquanto reorganização social, repensar crítico estrutural e informacional – da forma e do conteúdo. À luz desta ordem de ideias, qualquer construção cognitiva contemporânea, sobre as questões do território, por exemplo, só pode ser efectivada se se proceder, de antemão, a um exercício de descontextualização do fenómeno e, note-se, este exercício de desconstrução enquanto condição da construção não é optativo – é uma imposição de valores de sustentabilidade e é, em si mesmo, a génese da modernidade reflexiva e é, talvez, a única radicalização moderna suficientemente forte para reunir o consenso de, por exemplo, autores como Anthony Giddens e Ulrich Beck (Giddens, Beck e Lash, 1994), sem que ambos os autores evidenciem, simultaneamente, nas suas propostas, um outro risco, neste caso subjacente à própria lógica cognitiva contemporânea: o risco, enquanto agente de socialização, teve origem em processos de construção de conhecimento, sobretudo técnico, tecnológico e científico.

As propostas sociológicas e antropológicas tendem a confirmar que a presença do risco é uma questão sistémica e não sectorial, sendo a sua intensidade e influência tanto maior quanto maior é a densidade da formação estrutural dos processos e relações sociais que cristalizam, por exemplo, a lógica operativa de uma rede. Por estas razões, as sugestões teóricas da sociedade de risco não devem, a priori, ser lidas enquanto derivações pessimistas deste ou daquele horizonte teórico. Beck, por exemplo, enuncia que as manchas da contemporaneidade derivam sobretudo de questões de posicionamento reflexivo. Os efeitos perversos da modernização devem ser enfrentados não pela negação, mas pela radicalização dos mecanismos de racionalização enquanto forma de estímulo do pensamento e mudança reflexiva (Beck, 1992). Giddens corrobora, de certa forma, ao afirmar que a modernidade é consensualmente reflexiva, e a carga reflexiva e ontológica torna imperativa a equação do relativismo contemporâneo evocado, seja pelo risco ou pela simples mutação do tempo e do espaço. Ao indivíduo «moderno» cabe a tarefa, por vezes difícil, de coligir essa diversidade num tempo social e pessoal, reflectindo não só sobre as suas próprias práticas e personalidade, mas também sobre as dos outros (Giddens, 1994).

A noção de uma aceitação generalizada de uma ideia de risco enquanto factor subjacente a qualquer acção, seja ela física e / ou comunicacional é, em si, assustadora, causadora de insegurança. Mas, se devidamente contextualizada, a consciência do risco pode afirmar-se enquanto vector analítico essencial para garantir a própria manutenção dos fluxos informacionais em rede e, por exemplo, o equilíbrio das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. A alteração da reflexividade contemporânea é imperativa, no sentido de assegurar que o pensamento e planeamento estratégicos têm em conta as mudanças sócio-espaciais que se institucionalizam, no quadro de uma sociedade informacional em rede: lembre-se que a relação do ser humano com o espaço deriva de complexos processos de construção simbólica e identitária, não sendo, apenas, um mero sintoma de mudança (Henderson e Castells, 1987: 19 e ss.). Se o risco é a institucionalização da incerteza, sua condição existencial e, enquanto questão comunicacional, circula omnipresentemente na forma de estado simbólico-identitário contemporâneo, em rede, então não pode senão ser parte constitutiva dos conteúdos e da mensagem subjectiva associada à génese dos meios e da mudança, global ou local (Luhmann, 1993). Tão característica da contemporaneidade, da modernidade reflexiva, esta insegurança e subjectividade da acção humana é uma emanção sistémica que se cristaliza enquanto sistema contextual. Esse sentimento está presente em cada formulação comunicacional que se efectiva e, também, na mensagem veiculada subjectivamente pelo meio de comunicação utilizado que, por essa razão, motiva também sugestões interpretativas e potencia outros horizontes analíticos. O processo de substanciação de novos mecanismos comunicacionais é, em si, uma equação dotada significados próprios que complementam a reflexão sobre os próprios conteúdos comunicacionais em si.

O meio é a mensagem de que o meio é a mensagem

A mais-valia analítica do quadro teórico que aqui se debate baseia-se na tentativa de isolamento dos conceitos para potenciar a compreensão do conjunto por eles formado. Neste sentido, é relevante coadjuvar a reflexão sobre os meios de comunicação com um esforço de autonomização do conceito. No contexto de uma sociedade informacional em rede é importante referir o peso que os meios podem ter não só na sua focalização directa, mas também na sua agência indirecta, subjectiva e simbólica que interfere, sem dúvida, não só na interpretação do sentido dos próprios meios, mas também da informação que neles circula e, nessa ordem de ideias, refira-se que a abrangência do conceito de meio de comunicação compreende um grande universo de coisas, desde as mais recentes tecnologias da informação, aos meios tradicionais, até elementos que, por hábito, não consideramos como meio de comunicação propriamente dito. Esta assunção é importante no reconhecimento do grau de modelação que estas variáveis têm na construção social das representações sobre o território, representações essas que raramente se aproximam da ideia de considerar um determinado território enquanto meio, ficando-se pelo mero reconhecimento das ligações entre eles. Os limites deste facto poderão ser muitos, mas nenhum é tão expressivo como as barreiras socialmente criadas na interpretação dos fluxos comunicacionais: um conteúdo informacional diz muito sobre o meio, mas o meio diz e afecta potencialmente mais esse conteúdo do que o inverso, pelo menos, em termos interpretativos.

A relação entre estruturas sócio-relacionais, espaço e quotidiano está geneticamente relacionada com as dinâmicas comunicacionais, de forma potencialmente dialéctica. Esta é, talvez, uma das marcas mais distintivas da evolução civilizacional ocidental, a estreita relação entre comunicação, progresso comunicacional e a transformação do espaço em território. Breton e Proulx justificam a integridade (e integralidade) territorial, administrativa e política do Império Romano com factores comunicacionais, na medida em que a administração de tão vasto e diverso território só foi possível através da expansão de uma rede comunicacional, que permitia que os fluxos comunicacionais chegassem a todo esse território de uma forma, naquele contexto temporal, rápida e eficaz – os exemplos são vários, desde a rede viária, tecnologicamente avançada, ao sistema de circulação marítima e comercial e o sistema de mensageiros, forçados pelo imperativo comunicacional a assumir um papel social muito particular, na forma de uma vida nómada (Breton e Proulx, 1997: 42).

Os factores que justificam a coesão do modelo político de Roma, e que permitiram a sua subsistência durante cinco séculos, são comunicacionais e, mais ainda, operavam na forma de uma rede de informação. A sociedade imperial romana seria uma forma de sociedade de informação em rede, com as devidas nuances, distinta da que se revê conceptualmente no contexto contemporâneo à luz da proposta de Castells. Importa, sobretudo, referir que esses meios de comunicação comportavam neles mesmos, sub-repticiamente, uma mensagem, um conteúdo e o próprio sentido

legitimante da presença, ocupação e dominação militar romanas - a *Pax Romana* – aquilo que no fundo, no universo McLuhaniano, identificamos como expressão do meio pela sua sugestão simbólica mais do que pela sua componente física (McLuhan, 1964).

A ideia de que a estrutura civilizacional ocidental deve muito ao peso da evolução comunicacional, originalmente proposta por Harold Innis, principal influência de Marshall McLuhan, encontra sustento numa perspectiva histórico-sociológica, face à compreensão de que os meios de comunicação são o vector explicativo da análise da organização social em vários aspectos, territoriais e simbólicos (Innis, 1951). Foi no seguimento do pressuposto teórico de Innis que McLuhan encontrou o devido contexto para a exploração dos mecanismos subjectivos, activados e desactivados pela operação dos meios e dos fluxos que eles perpetuam e a materialização dessa noção é particularmente evidente na sugestão teórica protésica, dos meios enquanto extensões do homem, membros simbólicos da sua acção, coordenados por referências axiológicas metaforicamente associadas aos sentidos humanos. O processo dialético de extensão do homem já se havia concretizado na fase da extensão (e, até, da proliferação) do corpo no espaço, etapa correspondente às idades mecânicas. Já se assistiu, também, ao culminar de uma marca evolutiva correspondente à extensão global daquilo a que podemos, metaforicamente, chamar de sistema nervoso central ou, pelo menos, a extensão do pulsar sensível, caracteristicamente antropológico e humano, a novos contextos espaço-temporais. O último quartel do século XX corresponde à aproximação a uma última fase extensiva deste processo ontológico de auto-extravasamento, um derradeiro passo que corresponde a um tal grau de capacitação tecnológica que se assistirá à progressiva simulação da consciência, à colectivização dos processos criativos a toda a paisagem humana (McLuhan, 1964).

Ainda que este desmembramento se possa, à partida, assemelhar a uma qualquer forma de invertida e simbólica mutilação, progressiva, uma desagregação do individual para o colectivo, a questão é sugerida de forma construtiva. Não, também, um processo faseado mas sim uma progressão coordenada das partes por impulsos centralizados: “There is little possibility of answering [such] questions about the extensions of man without considering all of them together. Any extension, whether of skin, hand or foot, affects the whole psychic and social complex.” (McLuhan, 1964: 4). Tal construção simultânea, a reconfiguração do *eu*, do *outro* e do *nós*, individual e social, confirma a acção e a carga simbólica bidimensional dos meios de comunicação enquanto extensões do homem e enquanto mensagem. Para além de ser um factor determinante na progressão extensiva e redefinidora dos sistemas e estruturas sociais, o aforismo hiperbólico de McLuhan evidencia uma tendencial e incontornável dotação de conteúdo simbólico aos meios de comunicação – mais do que simples canais de passagem da informação, portanto (McLuhan, 1964). O facto de uma mesma informação ou conteúdo comunicacional chegar por diferentes meios ser irrelevante, nos termos da recepção desses conteúdos, é errada deste ponto de vista, na medida em que uma mensagem transmitida oralmente, por correio ou via web evoca diferentes mecanismos

estruturais perceptivos, compreensivos e, em última instância, diferentes estatutos de significação que derivam da improbabilidade comunicacional subjacente (Luhmann, 2001). Estes são novos sistemas de mudança social, paralelos à mudança do estatuto individual, novas projecções do homem “(...) com capacidade para alterar o ambiente da acção e as formas sensoriais de percepção(...)” (Subtil, 2006: 31), razão suficiente para atribuir aos meios de comunicação novas capacidades extensivas. Eles unem, para além do óbvio, na medida em que acentuam a corporização humana enquanto património social e capital social (Subtil, 2006).

A variedade e multiplicidade de mensagens aumenta com o surgimento de novos meios e, conseqüentemente, de novos quadros referenciais e axiológicos. Podem ser até elementos cujo estatuto de meio não lhes é directamente atribuído, mas que o são inquestionavelmente sobretudo pelo forte pendor sugestivo da sua mensagem, como é o caso da luz eléctrica:

Wether the light is being used for brain surgery or night baseball is a matter of indifference. It could be argued that these activities are in some way the «content» of the electric light, since they could not exist without it. This fact merely underlines the point that «the medium is the message» because it is the medium that shapes and controls the scale and forma of human association and action.⁷

A renovação dos mecanismos de associação decreta a subsistência de meios a que tendemos a chamar de tradicionais mas que são, em todo o caso, instrumentos legitimantes de estruturas de rede, que nos permitem alargar os estudos contemporâneos a novas dimensões analíticas. Brito, Costa e Oliveira (1989) assumem, também, a energia eléctrica enquanto meio de comunicação e vão mais longe, na consideração da unidade territorial "aldeia" enquanto meio e mensagem na plena associação do termo:

Tout cela montre le village en tant que média. C'est un territoire, organisé par des rapports de parenté et de voisinage (ces rapports étant eux-mêmes marqués par des alliances, des ruptures et des réconciliations) et où l'information circule selon des modalités particulières. Le village ets par conséquent un média qui, simultanément, produit, reçoit, réorganise, restitue et manie l'information.⁸

Novos meios, ou mesmo meios tradicionais, podem sofrer significativas mudanças de capital simbólico associado, na forma de novos sistemas de apoio protésico do homem: um homem em cima de uma bicicleta não é apenas um homem e uma máquina, é um homem mais rápido (Briggs e Burke, 2005: 149).

⁷ McLuhan, Marshall (1964), *Understanding media: The extensions of man*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 2001 (p.9).

⁸ Brito, Joaquim Pais de, António Firmino da Costa e José M. Paquete de Oliveira (1989), “Au Portugal: Villages et agents médiateurs de communication” em Bassand, Michel e Jean-Marie Moeckli (orgs.), *Villages: Quels espoirs?*, Berna, Editions Peter Lang S.A. (P.209).

Ainda que a conceptualização de globo e aldeia global de McLuhan possa ter sido excessivamente influenciada pela experiência canadiana, a sua proposta pode ser muito útil na procura de uma lógica explicativa para o propósito sistémico da contemporânea sociedade da informação em rede, de perpetuação da circulação da informação enquanto recurso máximo, na medida em que esse instinto de sobrevivência organizativa é transversal ao plano consciente individual e colectivo, bem como aos nossos sistemas de organização física, territorial:

If the work of the city is the remaking of translating of man into a more suitable form than is nomadic ancestor achieved, then might not our current translation of our entire lives into the spiritual form of information seem to make of the entire globe, and of human family, a single consciousness?⁹

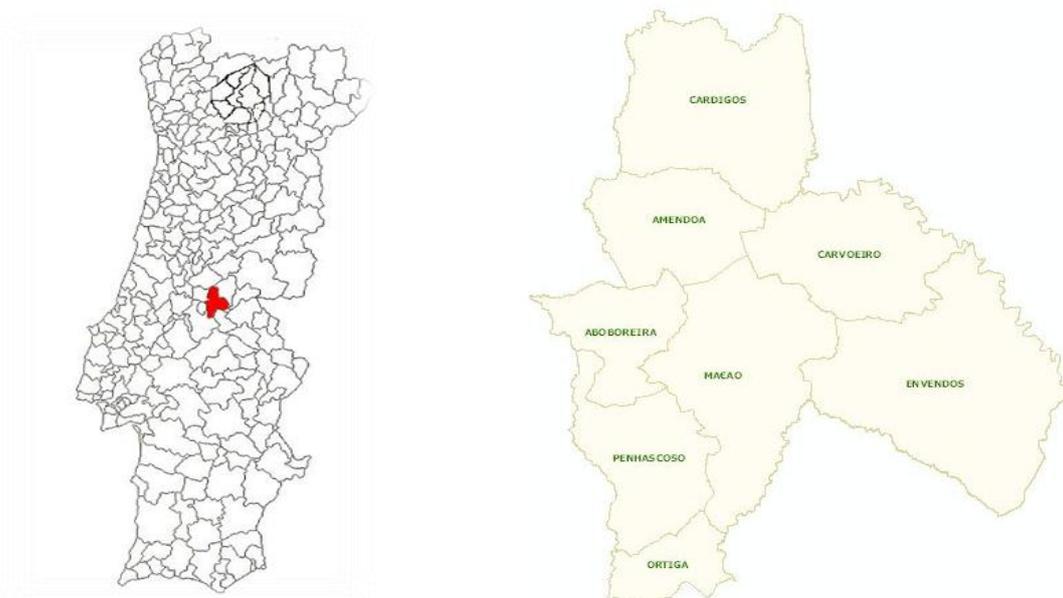
A combinação entre globalização e novos meios de comunicação / tecnologias da informação, dois elementos, aliás, indissociáveis, resulta não só na reconfiguração do tempo e do espaço territorial como, também, na criação de outros tempos (novos compassos temporais) e de novos meios territoriais de expansão e extensão humana. Um certo desprezo pela componente física do real é sugestiva, na medida em que o palco global é sobretudo ciberespacial (Subtil, 2006: 150). A coexistência destes dois graus e universos espaciais distingue-os mas torna-os simultaneamente indissociáveis. Responder a estas questões implica reflectir sobre este binómio que o é apenas num plano teórico. Até que ponto o binómio global e local não será, também, assim? O que em certa medida pode ser considerado um limite das novas tecnologias da informação pode, noutro ponto de vista, ser uma vantagem na contribuição para a reorganização e optimização da relação entre territórios e dos graus real e virtual da vida humana (Castells, 2001), e este contributo comunicacional pode, e deve, ser utilizado na compreensão não só da desmaterialização do corpo e do espaço - mobilidade contemporânea - mas também da construção da identidade individual e colectiva em função de vários espaços que ou não estão ocupados ou são intermitentemente ocupados - não é essa a característica que preside à construção do símbolo e do papel social do *emigrante* ou do *deslocado*? Na perspectiva da construção do lugar enquanto sistema simultaneamente físico e simbólico, poder-se -á argumentar que tanto o povoamento como o despovoamento contribuem para a existência de configurações e identidades que devem tanto à presença de indivíduos como à sua ausência, temporária ou permanente, que justifica, por exemplo, a associação do interior à ideia de abandono populacional. É nesta dualidade simbólica, e neste duplo significado, que, por questões de rigor, o estudo de caso do concelho de Mação deve ser pensado.

⁹ McLuhan, Marshall (1964), *Understanding media: The extensions of man*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 2001 (p.67).

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE MAÇÃO

O concelho de Mação possui, no contexto do Interior português e da região centro, características próprias que o distinguem dos restantes concelhos. Situa-se no centro do país, numa zona predominantemente rural (Figura 1) a cerca de duas horas de viagem – de automóvel - de Lisboa.

Figura 2.1 Localização do concelho de Mação e freguesias



O concelho divide-se em oito freguesias: Aboboreira, Amêndoa, Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Mação (sede de concelho), Ortiga e Penhascoso, possuindo uma extensão de cerca de 400 km², composta maioritariamente por área florestal, terreno agrícola abandonado ou em exploração e, em menor quantidade e com maior dispersão, área urbanizada. Esta razoável extensão indicia uma situação que se desenvolverá adiante: num contexto de despovoamento, as condições de abandono e degradação da terra são graves ou extremas, derivadas do forte absentismo agrícola, do abandono e descuido com a terra (muitos dos proprietários de terrenos florestais / antigos terrenos agrícolas não residem sequer no concelho), da muito baixa densidade populacional e do acentuar de uma tendência que caracteriza todo o país, a reestruturação sistemática do peso das diferentes actividades económicas ao longo dos anos, o crescimento do sector terciário - serviços - em desfavor do secundário e, sobretudo, do primário. Neste sentido, o fundamento dos processos de desertificação e despovoamento assume uma relação de causa e efeito, na forma de um ciclo vicioso em que maior degradação natural torna o concelho menos atractivo e, por outro lado, o despovoamento ininterrupto favorece as condições de abandono e degradação da paisagem natural do concelho.

Para além do esforço dos agentes locais para a revitalização económica e populacional do concelho, ao longo dos anos, há condições para que esse trabalho se desenvolva de forma multi-sectorial (o caso do património arqueológico e paleontológico, por exemplo), e o concelho beneficia, de algumas potencialidades que tem lutado por assegurar e manter. De salientar, uma nota que diz respeito a uma situação política e territorial que se arrastava há alguns anos e que teve, recentemente, um desfecho que foi considerado pelos agentes concelhios como positivo para o concelho. Com a promulgação, no dia 23 de Agosto de 2010, da Lei nº 21/2010, Mação desanexa-se da NUT III - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul (juntamente com Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei) - e volta a integrar a NUT III – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, constituída pelos concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém. As razões apresentadas para a mudança inicial do concelho do Médio Tejo para o Pinhal Interior Sul não são claras, estando possivelmente relacionadas com a necessidade de fornecer efectivos urbanos à região do Pinhal Interior Sul quando, na verdade, o concelho sempre teve uma maior afinidade económica, política e administrativa com os concelhos que formam o agrupamento do Médio Tejo, fosse pela proximidade de serviços de justiça, educação, turismo, saúde e administração pública, fosse pelas próprias relações económicas estabelecidas (Mação tem sido membro activo do Núcleo Empresarial da Região de Santarém – NERSANT). Esta afinidade é, também, comunicacional, na medida em que os concelhos que constituem o agrupamento do Médio Tejo se encontram, em termos relativos, muito próximos do concelho, via A23, por estas razões, e pelo facto de Mação passar a ser, então, o único concelho do distrito de Santarém a não fazer parte do Médio Tejo, a mudança inicial sempre foi tida como lesiva, por parte dos agentes locais, para os interesses do concelho e dos seus habitantes, a quem nunca foi favorável a anexação aos serviços administrativos de Castelo Branco, mais inacessível em termos de transportes e mobilidade, uma situação que colocava sérias restrições no acesso a determinados serviços de utilidade pública de que os habitantes do concelho necessitam com regularidade.

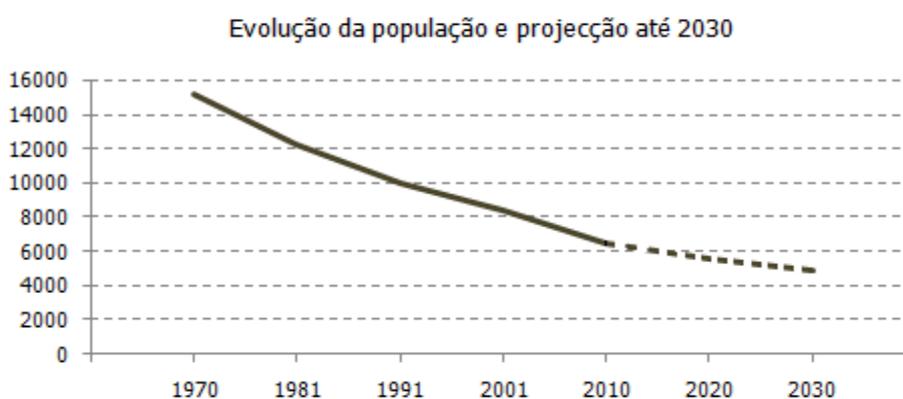
Condições sócio-demográficas¹⁰

Do ponto de vista da evolução populacional, Mação tem uma situação semelhante à de muitos outros concelhos da Beira Interior, e que se baseia em dois momentos e duas tendências demográficas distintas: um aumento significativo dos efectivos populacionais desde inícios de

¹⁰ Análise realizada com base em dados do Instituto Nacional de Estatística, compilados em Campos, Renato V; Oliveira, Margarida e Lourenço, César (2009), *Evolução e prospectiva demográfica no Distrito de Santarém – Projeções e análise concelhia 2001 – 2030*, Governo Civil de Santarém, Cadernos Distritais, nº 5, Santarém: Governo Civil, 2009 e em Revisão do Plano Director Municipal do concelho de Mação (2006 / 2009), Câmara Municipal de Mação / Percurso, Arquitectura, Engenharia, Consultores, Mação, 2009 (reed.).

século XX até meados da década de 50 (dos cerca de 15500 habitantes em 1900 para os 21814 em 1950), e um depauperamento populacional pronunciado desde, pelo menos, meados da década de 50 até hoje, sendo que as estimativas apontam para um acentuar desta tendência. Os fracos índices populacionais resultam do saldo migratório negativo e da incapacidade em efectivar a renovação natural da população (Campos, Oliveira e Lourenço, 2009). Verifica-se um decréscimo acentuado da população total do concelho, de 15190 em 1970 para 8442 habitantes em 2001 (valores dos Censos do INE). As projecções do Governo Civil de Santarém apontam para uma manutenção destas tendências: 6486 habitantes em 2010, 5623 em 2020 e 4954 em 2030 (Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: 114), tendência descendente representada no Gráfico 1.

Figura 2.2 Concelho de Mação: evolução da população (2010-2030) (in Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: página 114)



Em termos de movimento natural da população, a situação do concelho é sintomática de um tecido populacional em retracção, com valores negativos de crescimento natural e efectivo: Taxa Bruta de Natalidade baixa, e em diminuição (de 6,6 em 2001 para 4,6 em 2008), Taxa Bruta de Mortalidade elevada, e com tendência a aumentar (de 24,8 em 2001 para 25,0 em 2008), associadas a uma Taxa de Fecundidade geral muito reduzida e em decréscimo (de 40,0 em 2001 para 26,1 em 2008), justificando estes valores a tendência recessiva da evolução demográfica do concelho (Taxa de Crescimento Efectivo negativa, -2,13 em 2001 e -2,68 em 2008; Taxa de crescimento natural de -1,82 em 2001 e -2,04 em 2008) (Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: 114). Uma outra marca distintiva destes cenários de recessão demográfica, comuns em muitas regiões do interior português, são os valores de saldo migratório / taxas de crescimento migratório negativas, sendo o número de indivíduos a entrar no concelho para o habitar inferior ao número de indivíduos que dele se deslocam, situação que, no caso de Mação, se tem também tornado parte da estrutura da evolução demográfica do concelho - neste caso, falamos de uma variação de 0,33% de 2001 para 2008 (dos - 0,31 para os - 0,64).

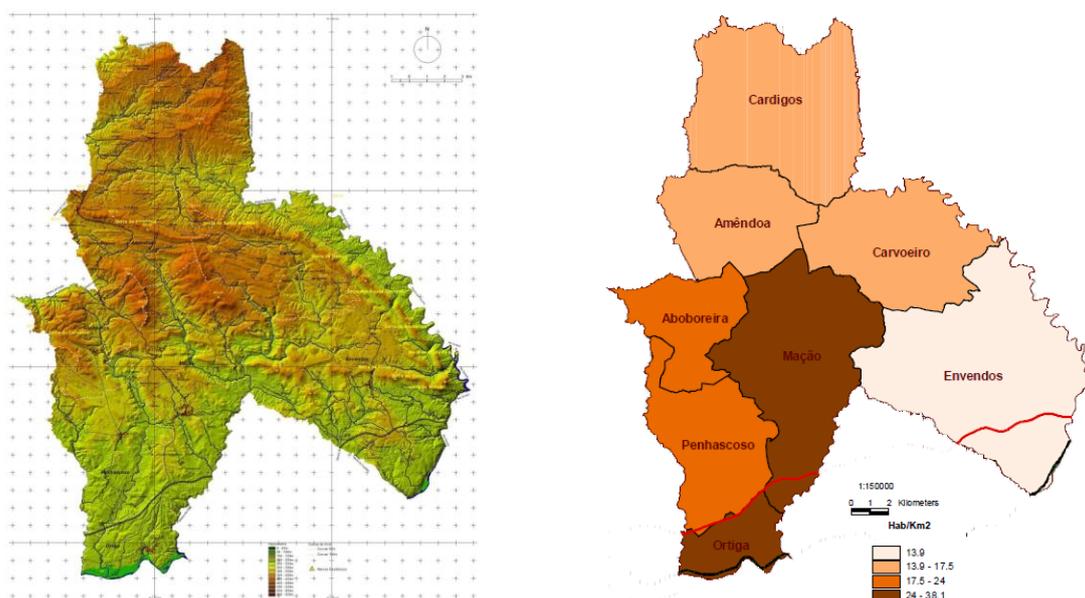
Quadro 2.1 Concelho de Mação: indicadores demográficos 2001-2008 (in Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: página 114)

	2001	2008
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	6,6	4,6
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	24,8	25,0
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	- 2,13	- 2,68
Taxa de Crescimento Natural (%)	- 1,82	- 2,04
Taxa de crescimento Migratório (%)	- 0,31	- 0,64

Dados: INE

Num concelho com uma razoável extensão (400 km² aproximadamente) e uma baixa densidade populacional, de 17,7 habitantes por km², note-se que a distribuição dos efectivos populacionais é desequilibrada, sendo que as freguesias mais povoadas são as da zona sudoeste do concelho, nomeadamente a freguesia de Mação, sede de concelho (Figura 2) (a densidade populacional do concelho é manifestamente baixa, sobretudo quando comparada com a média nacional, por concelho, que é de 112,5 habitantes por km²). Este perfil de distribuição dos efectivos populacionais aponta para uma questão de foro comunicacional, na medida em que a zona sul do concelho é, historicamente, aquela que dispõe de uma situação comunicacional mais positiva: a proximidade relativa face ao rio Tejo e à linha ferroviária da Beira-Baixa, que liga Lisboa a Castelo Branco, Guarda e Covilhã, fortes eixos industriais e agro-industriais desta região do interior.

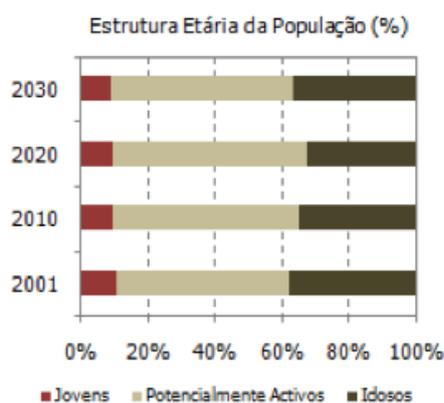
Figura 2.3 Concelho de Mação: relevo e densidade populacional (in CMM, Percurso, Engenharia, Arquitectura, Consultores, 2006/2009)



De notar, também, que em termos de relevo a circulação intra-concelhia de pessoas e bens sempre tendeu a ser mais fácil na zona sul do concelho, na medida em que o relevo na zona norte é mais acidentado e irregular, questão que afecta não só a mobilidade mas também as práticas agrícolas, que nessas condições exigiam a construção de estruturas de cultivo em socalco e, portanto, um esforço humano e animal mais intenso. Mesmo hoje, observando a distribuição das actividades económicas - indústria, serviços e, sobretudo, serviços públicos - estas estão maioritariamente localizadas em torno da sede do concelho, no sul, onde se concentram os principais eixos comunicacionais de ligação a outras áreas, e onde a circulação de pessoas e bens sempre foi, e é, mais facilitada, levando a que o concelho tenha uma situação comunicacional interna heterogénea.

Em termos de estrutura etária, o perfil populacional é o de uma população dramaticamente envelhecida. Em 2001, a percentagem de habitantes acima dos 15 anos é de 89,6% e em termos prospectivos, a situação tende para um ligeiro agravamento (Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: 115): 90,4% em 2010, 90,6% em 2020 e 91,2% em 2030. Este perfil demográfico não só não permite a renovação do tecido demográfico, como também o próprio desenvolvimento económico do concelho, na medida em que a capacidade de atrair novos efectivos populacionais é tão reduzida como a de dar condições de vida no concelho aos jovens que aí nascem. Nesse sentido, uma estrutura etária dramaticamente envelhecida contribui para um prolongamento da própria situação que esteve na sua origem, contribuindo para uma dinâmica cíclica, crónica, e, portanto, de difícil inversão, como se verifica na análise prospectiva patente gráfico 2.

Figura 2.4 Concelho de Mação: estrutura etária da população (*in* Campos, Oliveira e Lourenço, 2009: página 115)



A população do concelho beneficia de uma esperança média de vida elevada, mercê das francas condições de apoio social e de uma melhoria significativa da qualidade de vida ao longo dos anos. Tem havido fluxos regulares de investimento nas infra-estruturas de apoio social: lares, transporte social, prestação de cuidados de saúde, estruturas de lazer, desporto e cultura e

promoção da comunicação da autarquia com a principal IPSS do concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Mação (S.C.M. de Mação) - este investimento, resposta e consequência do perfil demográfico referido, contribui para a estruturação deste tipo de serviço no sistema económico do concelho, na medida em que grande parte da população está empregada na área dos cuidados de saúde na velhice, seja na S.C.M. de Mação ou nos diversos serviços dependentes. A resposta do concelho foi no sentido da resposta às dinâmicas demográficas que o concelho viveu e vive - investiu fortemente na garantia da qualidade de vida na idade avançada, essencial para o bem-estar dos habitantes. Veja-se, contudo, que investimento em efectivos populacionais em idade inactiva (ou muito próximos dela), determinou o menor investimento em medidas para combater o despovoamento e a desertificação, e para promover o crescimento e desenvolvimento urbano do concelho. Para além de viver uma situação demográfica recessiva crónica, há também uma lógica de estruturação económica e financeira típica de Mação e de muitos outros concelhos do interior português, em que grandes fluxos de investimento não garantem retornos objectivos (capital) ou subjectivos (atração de efectivos populacionais, por exemplo). Em termos de escolaridade e habilitações literárias, o concelho apresenta, em 2001, habilitações relativamente baixas: 54% dos efectivos populacionais tem o Ensino Básico, enquanto 6,3% tem o Ensino Secundário e apenas 2,8% possui um grau superior. Verifica-se ainda uma elevada percentagem de indivíduos que não sabe ler e escrever (20,1%), muito acima da média nacional em 2001, mas em descida desde 1991. Para além da forte renovação das infra-estruturas escolares, e da sua colocação perto de infra-estruturas desportivas, abrangidas por um sistema de transporte gratuito da autarquia, há também recursos pedagógicos inovadores no concelho como por exemplo o projecto Andakatu, em que são ensinados temas como geometria, química ou matemática aos alunos usando exemplos relacionados com o património arqueológico do concelho (instrumentos antigos, pinturas rupestres, etc.). Uma das situações negativas que compromete significativamente a qualidade do ensino no concelho é uma questão sistémica inerente ao sistema educativo nacional e que, aliás, afecta uma grande maioria dos concelhos do interior português, mais afastados dos grandes centros urbanos do litoral: as leis de fixação de profissionais de educação e o próprio mecanismo de colocação de professores comprometem o trabalho dos docentes colocados no concelho a curto prazo, havendo uma excessiva rotatividade dos docentes até dentro do mesmo período lectivo. Esta grave deficiência do sistema dificulta a manutenção de um trabalho de continuidade dos alunos e dos docentes que ali são colocados e põe em causa a própria relação entre professor e aluno. A esmagadora maioria dos professores ali colocados toma a situação como transitória, não fixando ali residência temporária, sequer. Prefere efectuar uma migração pendular de maior escala, em termos de distância efectiva e relativa.

Caracterização económica

Ao observar a situação económica do concelho de Mação confirma-se a tendência global para a terciarização / globalização da sociedade contemporânea: verifica-se a grande importância do sector secundário e terciário, com um sector primário em retracção (agricultura e pecuária pouco desenvolvidas, contrariando a vocação natural da região, ainda que subsistam algumas actividades tradicionais em focos isolados; o regime de uso da terra para prática agrícola é, predominantemente, minifundiário, o que intensifica as tendências de abandono e descuido com a terra, e complexifica a sua mitigação).

Quadro 2.2 Concelho de Mação: classificação de actividades económicas (*in* CMM, Percurso, Engenharia, Arquitectura, Consultores, 2006/2009: secção 3.6.3)

CAE	Nº	%
Sector Primário	444	15,3
Agricultura, Produção animal, Caça e Actividades dos Serviços Relacionados	366	12,6
Silvicultura, Exploração florestal e Actividades dos Serviços Relacionados	78	2,7
Sector Secundário	895	30,9
Indústrias Alimentares e das Bebidas	175	6,0
Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras (excepto Mobiliário)	130	4,5
Fabricação de têxteis	55	1,9
Construção	535	18,5
Sector Terciário	1342	46,3
Comércio a retalho (excepto viaturas automóveis); Rep. Bens Pess. e Dom	224	7,7
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio, excepto Veículos Automóveis	86	3,0
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	66	2,3
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	99	3,4
Transportes Terrestres; Transportes: Oleodutos ou Gasodutos (pipelines)	77	2,7
Administração Pública, Defesa e Seg. Social 'obrigatória'	315	10,9
Educação	161	5,6
Saúde e Acção Social	198	6,8
Outras Actividades de Serviços Prestados Principalmente. às Empresas.	52	1,8
Famílias com Empregados Domésticos	64	2,2
Não especificados	218	7,5
Total	2899	100,0

Em termos de emprego, o concelho contava em 2001 com 3055 efectivos populacionais activos, sendo que 2889 estavam na altura empregados (Taxa de desemprego de 5,1%). O quadro 2 evidencia bem a distribuição e o peso das diferentes actividades económicas na estrutura produtiva do concelho e na distribuição desses efectivos activos. Sector primário com menor peso face ao secundário e terciário, sendo de notar que, no entanto, a subcategoria Agricultura, produção animal, caça e actividade dos serviços relacionados era a que empregava mais activos de todas as subcategorias (12,6%), com excepção para a Construção, com 18,5%, actividade com muito peso na economia do concelho. De salientar, ainda, a importância do Comércio a retalho (7,7%) e da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, que em conjunto com as subcategorias da Educação e Saúde e Acção social emprega 23,3% dos activos concelhios, confirmando-se o papel empregador dos serviços de acção social, de saúde e do aparelho autárquico. Ainda que a percentagem de população em idade activa fosse, como se viu acima, reduzida, a performance do concelho, quando comparada com o panorama nacional, era bastante positiva. Aquando da realização da operação censitária em 2001, o concelho ficou registado com um dos concelhos com resultados mais positivos em termos de desemprego, com uma taxa de desemprego de 5,1%, valor abaixo da média nacional, e que reflecte uma estrutura económica e laboral e peculiar, facto possivelmente relacionado com a pequena dimensão do meio e, talvez, com mecanismos de procura de ocupação assentes em laços de familiaridade e redes de sociabilidade profissional tendencialmente mais informais, que facilitam o encontro de ocupações profissionais.

Quadro 2.3 Concelho de Mação: indicadores de emprego e actividade 1991-2001 (*in CMM, Percurso, Engenharia, Arquitectura, Consultores, 2006/2009: secção 3.5.10*)

	População Total	Pop. activa empregada	Taxa de Actividade	Pop. activa desempregada	Taxa de Desemprego
1991	10 060	3 381	33,61	257	7,06
2001	8 442	2 899	34,34	156	5,11

Dados: INE

A taxa de desemprego apresentou um decréscimo significativo no período inter-censitário 91-01, sendo que o desemprego afecta, sobretudo, os residentes com grau de habilitações literárias mais baixo. Note-se que estes dados tendem a estar associados a graus de habilitação mais baixos: em 2001, 69,9% dos desempregados do concelho possui, no máximo, o 3º ciclo de escolaridade. De acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, confirma-se a situação positiva que se verifica nos dados de 2001, na medida em que Mação tende a apresentar baixas taxas de inscrição

nos centros de emprego. Ainda assim, não há no concelho capacidade de empregar população jovem, a diversidade da oferta é pouca, e o nível de especialização requerido é baixo – trabalho pouco qualificado – sendo que a positividade dos dados apresentados apenas deriva da situação estática de desenvolvimento do concelho.

A localização do concelho, no vértice de três regiões (Beira-Baixa, Alentejo e Ribatejo) impõe o desenvolvimento de mecanismos de competitividade económica eficazes na medida em que o concelho se situa próximo de outros concelhos que desenvolveram já estratégias de competitividade económica local (Vila de Rei e Abrantes, por exemplo). A resposta do concelho de Mação a esta situação tem sido dada através exploração do seu potencial agro-industrial (madeira, mel, azeite, vinho, pimentão, etc.) associada à criação da marca Mação, como estratégia de marketing, por parte da autarquia, evidenciando como indústrias potenciais as da área agrícola, agro-industrial, agro-florestal e silvícola. O objectivo desta iniciativa é a protecção, regulamentação e fiscalização dos produtos, assegurando que a origem é sempre mencionada mesmo que estes sejam sujeitos a outros processos de transformação, noutros locais de país: é o caso do presunto e enchidos, que são exportados de Mação para Chaves, por exemplo em grandes quantidades e a proveniência não é depois transmitida ao consumidor aquando da comercialização do produto. É, sobretudo, uma estratégia de comunicação com vista à projecção do concelho e do seu potencial económico neste sector específico de produção.

As principais indústrias são as dos enchidos e transformação de carnes, pimentão, construção civil, indústria de velas e artigos em cera, serração de madeiras e engarrafamento de águas naturais e de nascente para consumo (água 7 Fontes). Apesar da pouca expressão industrial do concelho, há infra-estruturas que podem ser aproveitadas, a par das boas acessibilidades (proximidade da A23). Existem duas zonas industriais em funcionamento (Mação e Ortiga) e mais uma em projecto, em Cardigos. A dada altura, o desenvolvimento destes parques industriais foi associado a uma série de medidas de atracção de investimento; uma das medidas estipuladas para atrair o investimento industrial e agro-industrial foi a venda de terrenos, a 1 cêntimo o m², iniciativa que, mesmo assim, não teve a adesão esperada e desejável e que estava enquadrada no contexto de um pacote de medidas vulgarmente chamado de benefícios da interioridade. Para além desta medida, existiram outros benefícios para as empresas que procurassem ali fixar-se: a isenção e redução de pagamento de taxas, licenças e impostos municipais, IRC mais baixo (15% em vez de 25%) e a derrama a 0%. Todas estas medidas que, à partida, poderiam inverter as tendências de despovoamento e falta de investimento, foram pouco efectivas, sendo que as referidas zonas industriais estão, em termos de ocupação, longe da sua capacidade máxima, e os novos investidores são, na sua esmagadora maioria, originários do concelho, tendo falhado o propósito máximo de trazer capital exterior para Mação. Haverá, também, em termos naturais, como se verá adiante, boas perspectivas de rentabilização do solo, da floresta, e de outros domínios do sector primário, mais-valia que tem sido bem aproveitada. Existe, também, grande potencial turístico pelo

aproveitamento de recursos naturais, patrimoniais, etnográficos (gastronomia) e científicos, pelo património arqueológico e paleontológico. Na exploração do património arqueológico a dinamização tem sido feita pela autarquia em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar: os programas de mestrado e doutoramento em arqueologia têm atraído muitos estudantes Erasmus e o Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, tem projectado a imagem do concelho.

Condições sociais de vida e de cidadania

Existem condições satisfatórias de apoio social no concelho, seja em expressões pontuais (packs para recém nascidos; disponibilização de alguns serviços médicos gratuitos ou a baixo custo - como a higiene oral e terapia da fala - transporte de crianças das aldeias para as escolas e actividades extra-curriculares, na sede do concelho, são aspectos assegurados pela autarquia), como nos termos da articulação destas ajudas. O apoio integral aos jovens, desde o nascimento, surge como uma forma de fomento da natalidade, em clara regressão. A par disso, promovem-se actividades para os jovens, em parceria com os concelhos mais próximos, como viagens nacionais e internacionais. Os fenómenos sociais mais problemáticos são os comuns a muitos outros municípios, não só do interior, havendo, no entanto, questões particularmente agudas: alcoolismo, iliteracia, falta de recursos económicos, toxicodependência e problemas de qualificação escolar (acentuada pelo insucesso / abandono escolar e falta de motivação dos alunos). Ainda que falte, para já, um fluxo de investimento público significativo em equipamentos e recursos humanos de apoio social, essa é uma necessidade que foi já identificada pela autarquia, que desenvolveu alguns esforços nesse sentido. Em termos culturais, a situação é diferente: há pouca diversidade de infra-estruturas, ainda que os meios existentes sejam suficientes, não para gerar mais procura, mas para satisfazer a actual (uma biblioteca, o Museu de Arte Pré-Histórica e um cineteatro a funcionar no Verão). As restantes condições são satisfatórias: espaço público limpo (boa articulação com os departamentos municipais de manutenção e obras públicas), custo de vida razoavelmente baixo, comparado com o da vida no litoral.

Em termos de integração social e cidadania, existe uma clara e generalizada preocupação com problemas sociais como o analfabetismo, a falta de formação, e exclusão social: existem programas de formação tardia (pelo CNO, antigo CRVCC), a aposta na formação da cultura dos jovens (viagens e programas pedagógicos recreativos e forte aposta na qualidade de vida na velhice). Repare-se que a aposta no modelo de Lar de terceira idade e Santa Casa de Misericórdia acaba por ser o último reduto para pessoas em situação de exclusão social e familiar agravada.

Em termos de participação cívica e associativismo, salienta-se o recente esforço de dinamização da gestão territorial através da criação de um novo instrumento de gestão, as Zonas de Intervenção Territorial, apoiadas pela autarquia e associações empresariais locais, como forma de criar uma cultura de associativismo agrícola e agro-industrial. Uma ZIT é um agrupamento, uma

cooperativa de pequenos proprietários agro-florestais que, por possuírem propriedades contíguas, formam um órgão de gestão que permite gerir de forma mais rentável e dinâmica o espaço de todos os membros da cooperativa, contrariando, assim, não só as barreiras impostas pelo regime de propriedade fortemente minifundiário bem como o forte absentismo agrícola e silvícola, que tem consequências muito graves para o património natural do concelho, ao facilitar a propagação dos fogos florestais – de acordo com o levantamento da Câmara Municipal, o terreno agrícola / florestal do concelho encontra-se dividido em cerca de 80 000 parcelas. Tem havido muito interesse nacional (e internacional) na solução criada pela autarquia com a formulação das Zonas de Intervenção Territorial (ou Florestal, consoante o tipo de propriedade), na medida em que é uma solução local que responde a problemas muito específicos e difíceis de contornar, relativamente barata, e que mitiga simultaneamente problemas como a fraca cultura associativa e o abandono das terras, contornando a questão da propriedade e garantindo o acesso a recursos naturais a quem de facto os quer explorar (alguns proprietários absentistas concordaram que outros membros da sua ZIT explorassem os recursos do seu terreno, sendo que assim o manteriam limpo e cuidado como, aliás, a lei obriga e a Câmara Municipal se esforça por fiscalizar) – um dos mecanismos de incentivo directo do associativismo por parte da autarquia é a garantia da devolução da totalidade do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos proprietários que integrassem uma ZIT ou ZIF. A rentabilização do espaço agrícola e florestal e a orientação dos pequenos e médios produtores para o aproveitamento económico dos seus recursos coincide com a orientação económica mais geral do concelho no sentido de fortalecer a identidade produtiva do concelho, associando a recentemente criada marca Mação a uma ideia de qualidade associada à familiaridade e naturalidade da criação dos produtos sendo essa a genética da estratégia de comunicação da marca.

Em termos de associativismo empresarial, a situação é melhor, tendo a autarquia e o Núcleo Empresarial da Região de Santarém um papel preponderante (desenvolvem-se projectos como o protocolo *Valtejo Finicia*, de apoio a pequenas e médias empresas – projectos que resultam como esforços de estimular o empreendimento e o fácil acesso às instâncias burocráticas, como benefícios da interioridade), como forma de promover o associativismo e trazer para o concelho perspectivas de investimento a uma outra escala, o GEMA (Gabinete do Empreendedor de Mação, criado pela autarquia) procura fazer a ponte entre as dinâmicas regionais e os empresários locais. Um bom exemplo da articulação regional de interesses foi a parceria entre os municípios de Mação e Sertã e as empresas AJI (madeiras) e Enervento (clusters eólicos), com capital investido em Mação, para a criação de um consórcio para a candidatura à construção de uma central de biomassa dedicada na Sertã no âmbito do concurso realizado no contexto da Estratégia Nacional de Energia, para o qual também contribuiu a Associação Florestal do concelho de Mação (Aflomação), que tem dinamizado o processo de criação das ZIT's / ZIF's e promovido o associativismo entre proprietários.

Ainda que exista uma clara abertura da autarquia na dinamização dos Instrumentos de Gestão Territorial, e que o Plano Director Municipal tenha sido orientado para ajudar ao processo de criação de ZIT's e à gestão sustentável do solo e da paisagem, em todos os seus usos, não existe uma cultura de auscultação pública e debate democrático devidamente institucionalizada. Não existe, por exemplo, um Programa Agenda 21 Local, já comum noutros concelhos do interior português e que se tem revelado como um útil instrumento de comunicação e dinamização do espaço público autárquico, tendo também uma forte componente pedagógica na explicação e desmistificação de conceitos nem sempre acessíveis a todos (como os Planos Directores Municipais ou Planos de Pormenor, juntamente com toda a complexidade da sua formulação, implementação e gestão).

Recursos naturais e ambiente e condições físicas

É de referir a qualidade da componente natural do concelho, dado que essas condições poderão ajudar a motivar o desenvolvimento do concelho através de uma série de medidas. O concelho apresenta um relevo pouco acidentado, principalmente na parte sul. É coberto por grandes extensões de área florestal (pinhal e eucaliptal, maioritariamente). A terra é propícia à prática agrícola, mesmo nas zonas de relevo mais acidentado, onde é comum a construção de socalcos. As condições ambientais são favoráveis: boa qualidade do ar e da água (para fins energéticos, recreativos e de consumo), boa exposição solar (suficiente para aproveitamento energético), condições naturais propícias ao aproveitamento eólico (existem já dois clusters eólicos no concelho) e solar e, como externalidade positiva complementar à actividade agro-industrial, aproveitamento dos resíduos agrícolas e silvícolas para produção energética (energia obtida através da combustão de biomassa na Central de Biomassa da Sertã). A par destes factores, a fauna e flora são um outro elemento de peso, para aproveitamento gastronómico, cinegético e piscícola. Como principais problemas ambientais surgem os incêndios e a desertificação, fenómenos intimamente ligados, pelo abandono e descuido com a terra. A questão da manutenção da qualidade dos recursos naturais em Mação é uma questão sensível, pelo carácter dialéctico que caracteriza a evolução de fenómenos como o despovoamento, desertificação, incêndios, contaminação dos recursos aquíferos, interesses imobiliários e industriais (indústria madeireira). Em termos de resposta àquele que é considerado o maior flagelo natural do concelho, os incêndios, houve um desenvolvimento muito significativo dos mecanismos de resposta, não só imediata, pela compra de equipamento, veículos e destacamento / formação de recursos humanos, como também a longo prazo. O projecto da autarquia de combate aos incêndios incidiu fortemente na promoção da prevenção, por parte dos organismos directamente associados ao combate aos incêndios no terreno (Bombeiros, Protecção Civil e GNR) e na própria lógica de gestão territorial da autarquia: criação de um Sistema de Gestão Florestal Sustentável, de um Gabinete Florestal e de uma Comissão Municipal de Defesa da

Floresta contra incêndios; celebração de um protocolo entre a Autarquia e o Governo Suíço para criação de projectos em parceria (aquisição de material e construção de segundo quartel de Bombeiros Voluntários no norte do concelho, sendo que o primeiro está sediado em Mação, no sul); candidatura ao programa Agris 3.4 e Fundo Florestal Permanente da UE e desenvolvimento do Sistema de Monitorização e Acompanhamento de Incêndios Florestais (MACFIRE), um sistema tecnologicamente avançado que utiliza Sistemas de Identificação Geográfica e GPS no combate aos incêndios, de forma a fornecer aos Bombeiros e Protecção Civil informação constante sobre determinado incêndio durante o combate. Esta última medida, em particular, foi premiada em 2005 com o prémio ESRI Portugal para “Melhor Projecto de SIG Nacional”, tendo sido também premiado em Espanha pelo Ministério do Ambiente e pela Associação de Promoção das Actividades Socioculturais, em 2006. Associações como a Aflomação, co-financiada pelo Programa Operacional para a Região Centro, pelo FEOGA e pelo Fundo Florestal Permanente oferecem serviços que procuram contornar os efeitos do absentismo, como por exemplo a limpeza de zonas florestais privadas ao fim-de-semana, altura em que os proprietários se deslocam ao concelho, local de tempos livres.

A aposta na valorização dos recursos endógenos reflecte a necessidade de uma via de valorização económica da produção local, e uma tentativa de contrariar uma ordem natural que se prospectiva como potencialmente dramática para o concelho, que é a propensão natural da terra para a aceleração dos processos de desertificação. Mação inclui-se, em termos de solo, recursos aquíferos, fauna e flora, no grupo dos territórios mais susceptíveis de entrar em processo de desertificação avançada e irreversível. A genética do sistema de gestão florestal foca-se na mitigação do absentismo agrícola, desenvolvendo mecanismos que permitam a minimização das consequências do abandono, que é, em si, um processo de complexa resolução.

Acessibilidades e comunicação

Em termos de comunicação, acessibilidades, mobilidades e transportes a situação é positiva, com duas ressalvas. A primeira, é que a situação do concelho é positiva quando comparada com outros concelhos do Pinhal Interior Sul. Demora-se menos tempo numa viagem a Lisboa que à sede de alguns concelhos na zona do Pinhal Interior. Note-se que a reintegração de Mação na NUT III da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é sugestiva. Mação volta a estar integrado num grupo de concelhos com os quais tem muitas semelhanças económicas, políticas, administrativas, e com os quais partilha uma característica que beneficiou de maneira extremamente positiva a situação do concelho: a construção da A23. Se a A23 não foi razão suficiente para contrariar as tendências demográficas e travar, ou pelo menos abrandar, o êxodo rural, trouxe para a região outras oportunidades de desenvolvimento económico. A segunda ressalva, é que a situação comunicacional do concelho de Mação é positiva dependendo do sítio onde se está. Mação

beneficia de boas acessibilidades, uma localização geográfica privilegiada, quer face aos restantes concelhos do Pinhal Interior Sul, quer aos do Médio Tejo, pela proximidade relativa face a Lisboa, Espanha e a pólos de estudo e desenvolvimento (instituições académicas do interior – Castelo Branco, Portalegre, Tomar, Covilhã) acessos rodoviários que garantem distâncias relativas curtas (A23 coloca o sul do concelho a cerca de 45 minutos da A1 e 1 hora e 45 minutos de Lisboa, e a Estrada Nacional 3 liga o concelho a outros). Uma situação que tem sido particularmente discutida é a passagem da A23 para o modelo de via de comunicação paga, perdendo o estatuto de via sem custos para o utilizador, prevendo-se já consequências nefastas para o concelho. O sul do concelho encontra-se também numa localização comunicacional privilegiada pelo serviço prestado pela linha ferroviária da Beira-Baixa, recentemente renovada (electrificada) e que liga o concelho, pela estação de Alvega-Ortiga, à Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Entroncamento (e daí, ao resto do país). Ainda que as distâncias relativas sejam curtas, na ligação do concelho a outros locais e dentro do próprio concelho, há alguns problemas a sublinhar: a degradação da rede viária em alguns locais e os transportes públicos com uma frequência muito baixa e uma intermodalidade quase inexistente (a procura não justifica a reestruturação / investimento).

Em termos de comunicação de terceira geração, houve, a partir de finais da década de 90, uma intensificação da cobertura das redes de telecomunicações um pouco por todo o concelho. No sul do concelho a cobertura é quase integral, sendo muito poucos e localizados os sítios em que, por exemplo, há uma quebra na ligação telefónica móvel, situação muito comum antes da proliferação das muitas antenas que se avistam, a par das turbinas eólicas, na paisagem. Na zona norte do concelho, mercê da aspereza e irregularidade do relevo, ainda há alguns problemas em ter disponibilidade constante de rede e, muitas vezes, determinados locais estão associados à ausência de rede de determinado provedor de serviços. Relativamente à internet portátil, também em rápida massificação no concelho, por ser uma solução que permite a ausência de ligação física dos terminais a situação é semelhante mas mais aguda; é difícil obter performances de rede semelhantes aos obtidos, por exemplo, em Lisboa. Em alguns casos e locais é difícil conseguir uma ligação 3G, sendo o hardware apenas capaz de uma muito lenta e obsoleta ligação 2G. Uma nota particular, e que pode ser sugestiva, é que a evolução tecnológica e comunicacional no concelho parece seguir a lógica de a “mais recente menos recente tecnologia”, na medida em que a tecnologia tende a atingir graus de propagação e qualidade de serviço semelhantes aos das cidades litorais, quando nessas já está em propagação uma nova tecnologia. É o exemplo da banda larga, que agora já é possível obter em Mação (portátil ou por satélite, apenas, na maioria dos casos, associada a serviços all-in-one de televisão, telefone e internet, muito comuns), cujos níveis de consumo se tornaram verdadeiramente expressivos quando, nos grandes pólos urbanos, a fibra óptica já se encontra em processo de massificação.

Um meio de comunicação impressa que vive da distância que separa o concelho e os que dele se encontram deslocados, é o jornal “Voz da Minha Terra”, escrito e dinamizado pela

comunidade paroquial católica Maçaense, o único jornal regional do concelho e cujo rendimento deriva, para além da publicidade, das assinaturas anuais, sendo que o jornal é enviado por correio para muitos pontos do país e do estrangeiro. É um meio de comunicação importante pela forma como subsiste material e financeiramente mas, também, pelo próprio significado que os que se deslocaram do concelho lhe dão.

A questão comunicacional de Mação não deve ser vista como a de um concelho isolado ou excluído das redes comunicacionais. A verdadeira questão tenderá a ser primordialmente comunicacional, não do ponto de vista da disponibilidade dos meios, mas do ponto de vista informacional, da forma como é recebida, interpretada e (re)enviada a informação, questão que se desenvolverá adiante. A matriz SWOT foi obtida através da equação de todas as dimensões de diagnóstico acima referidas. Este focou-se naquilo que se considera serem as questões relevantes para o contexto desta discussão, dentro de todas as dimensões analíticas de um diagnóstico de planeamento estratégico (Guerra, 2000). Em conjunto com os resultados das entrevistas em modelo semi-directivo, realizadas a 10 indivíduos que se deslocaram do concelho, o diagnóstico será um suporte para a compreensão comunicacional da situação do concelho, em diversos aspectos.

Quadro 2.4 Diagnóstico do concelho de Mação: Matriz SWOT

Factores endógenos	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de marca "Mação" protecção e regulamentação (DOC) da identidade dos produtos típicos do concelho. - Recursos hídricos: boa qualidade da água (exploração termal, consumo, fins turísticos / recreativos). - Aposta atempada na energia eólica, com produção expressiva e a gerar algum emprego. - Património arqueológico e paleontológico (Museu de Arte Pré-histórica de Mação); criação de programas de mestrado e doutoramento em Arqueologia, com projecção internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sector primário inexpressivo e duplamente ameaçado: agricultura pouco desenvolvida, de subsistência ou com fraca inserção no mercado, potencialmente desvalorizado face à crescente afirmação das actividades secundárias e terciárias. - Pouca oferta de emprego para novos povoadores, e muito pouca oferta de emprego qualificado. - Território despovoado, com fraco poder de atrair população jovem e activa - apenas população mais envelhecida, inactiva e com pouco potencial para investir no local.

<ul style="list-style-type: none"> - Património etnográfico: gastronomia tradicional (beneficiária do valor dos produtos e da caça e pesca locais) e artesanato. - Património natural: qualidade ambiental - ar, água e terra pouco poluídos, flora variada e fértil (potencial silvícola), património paisagístico, fauna – potencial científico (estudo) e turístico (grande variedade ornitológica). - Conjunto das medidas de apoio social: packs p/ recém nascidos; disponibilização de alguns serviços médicos gratuitos ou a baixo custo; existência de infra-estruturas desportivas e culturais de qualidade; projectos de apoio integral a todos os jovens desde a nascença; disponibilização de transporte para cidadãos com mobilidade reduzida; organização de viagens nacionais. e internacionais para os jovens do concelho. - Taxa de Desemprego bastante abaixo da média nacional - Gabinete de Comunicação – CIK, ajuda à projecção da imagem do concelho. - Modelo inovador de gestão florestal (dinamização de práticas silvícolas, com orientações de mercado, a criação de uma cultura de associativismo e manutenção do património natural). - Localização geográfica e acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão demográfica acentuada. - Rede viária local em estado avançado de degradação (em algumas zonas do concelho). - Alguns fenómenos sociais problemáticos carecem de investimento em equipamento, recursos humanos e mecanismos de apoio / resolução (toxicoddependência, alcoolismo, iliteracia, abandono escolar / baixas qualificações, etc.)
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>positivas - proximidade relativa face a Lisboa, Espanha e a pólos de estudo e desenvolvimento (instituições académicas do interior) – com acessos rodoviários e ferroviários facilitados (A1 e A23 no acesso a Lisboa, E.N 3 e Linha ferroviária da Beira-Baixa).</p>	
<p>Factores exógenos</p>	
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Aposta na divulgação das mais-valias do associativismo empresarial (caso do NERSANT). - Medidas de apoio ao empreendimento (GEMA e Protocolo Valtejo Finicia). - Desenvolvimento industrial potencial (caso as medidas de apoio ao empreendimento resultem): duas zonas industriais (Mação e Ortiga) em funcionamento + uma em projecto (Cardigos). - Associar o potencial industrial à promoção do sector primário: aposta na agro-indústria. - Dinamização do trabalho do Centro das Novas Oportunidades. - Potencial turístico - turismo rural e ambiental; área florestal em revitalização (boa gestão florestal); fauna e flora diversificadas (no entanto, estratégia turística deve ser repensada, porque o potencial turístico não é suportado pelo actual estado da oferta imobiliária temporária). - Aproveitamento da Central de Biomassa 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência do tecido económico e empresarial a medidas anteriores de apoio ao empreendimento / benefícios da interioridade que surtiram pouco efeito na atracção de investimento. - Fraca competitividade económica (desmotivação para empreender, sectores da indústria e serviços pouco competitivos), competição aguerrida com concelhos circundantes. - Falta de mão-de-obra qualificada. - Fraco associativismo agrícola (tendência que as ZIT's e ZIF's poderão ajudar a contrariar). - Fogos florestais. - Desertificação (índices de susceptibilidade geral, do solo, clima e vegetação apresentam valores preocupantes). - Incidência de residência secundária (potencial produtivo da população é gasto na cidade, ficando o concelho como zona para passar os tempos livres, não havendo nele investimento suficiente para projectar um desenvolvimento

<p>dedicada da Sertã: existência de modelo de gestão e limpeza florestal para recolha de resíduos florestais (trabalho dificultado pelo ainda fraco associativismo agrícola que dificulta recolha de resíduos agrícolas).</p> <p>- Condições para exploração de energias renováveis.</p> <p>- Mecanismos pedagógicos inovadores como o projecto Andakatu.</p> <p>- Criação de programa Agenda 21 Local.</p>	<p>desejável).</p> <p>- Questões da Desertificação permanecem como preocupação local e regional, algo esquecidas depois de 2006 – Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação; desprezo da administração política central por estas questões em particular, e pelo interior, em geral.</p> <p>- Ensino: pouca exigência e excessiva rotatividade dos professores comprometem trabalho e resultados dos alunos.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CAPÍTULO III – DESLOCAÇÕES E NÃO-DESLOCAÇÕES: PERCEPÇÕES SOBRE O CONCELHO, SUA SITUAÇÃO COMUNICACIONAL E TRAJECTOS PESSOAIS DE VIDA

Notas metodológicas

A segunda fase da análise empírica enquadra-se, face ao processo de diagnóstico precedente, como uma linha de continuidade face ao conhecimento da realidade concelhia. Se, por um lado, o objectivo da investigação desenvolvida no capítulo anterior é explorar a situação do concelho nas suas diversas vertentes, aprofundar o conhecimento sobre o objecto e fundamentar a discussão que se desenvolve, por outro, o objectivo deste capítulo é desenvolver a questão dos meios de comunicação e progresso comunicacional no concelho de Mação, do ponto de vista de uma análise da percepção sobre esse progresso e a situação comunicacional do concelho. Para a definição destes parâmetros de trabalho foi determinante o contributo dos media studies da escola canadiana (Innis e McLuhan): a constituição dos meios de comunicação enquanto extensões fundamentais da existência social e construção identitária dos indivíduos. Realizou-se uma série de dez entrevistas a indivíduos entre os 22 e os 33 anos (8 do género masculino e 2 do feminino), naturais do concelho ou nele residentes numa fase inicial de vida e que neste momento se encontram de lá deslocados,

temporária ou permanentemente¹¹. A amostra é de tipo não probabilístico e de conveniência (Maroco, 2003)¹², e as entrevistas, realizadas presencialmente, com registo áudio, tiveram uma duração entre 45 e 60 minutos. O processo de análise de conteúdo foi concretizado com recurso ao software MAXQDA 2010, sendo o processo de categorização /definição de variáveis feito por observador único.

A definição estrutural dos guiões de entrevista (Cf. Anexo A) serve o propósito de avaliar as percepções objectivas e subjectivas dos indivíduos sobre a sua própria relação com o espaço ou, neste caso, com dois espaços, simbólica e funcionalmente distintos – o local de onde se deslocaram e o local para o qual se deslocaram. Para além desta significância semiótica, pretende-se também interpretar a importância da componente comunicacional que os meios, enquanto componente transitória ou não, têm nesta construção pessoal e social da relação com o espaço (note-se que muitos dos entrevistados, para além de possuírem percursos paralelos, integram a mesma rede amical). O guião segue uma lógica temporal, com a qual se pretende construir registos pessoais na forma de histórias e percurso de vida, antes e depois da saída do concelho. Isto permite, de forma não invasiva, compreender as percepções dos entrevistados sobre as situações com que se depararam e de que maneira essas situações e a reacção anexa influenciaram a sua relação com o concelho. A construção de uma estrutura de questões em modelo semi-directivo, permitiu a criação de áreas de resposta mutuamente exclusivas, de forma a motivar a fluidez das respostas e contrariar o enviesamento das mesmas por influência de questões já abordadas, bem como a recolha de informações adicionais e mais fáceis de sistematizar sobre os trajectos pessoais dos entrevistados e suas percepções sobre esses percursos, sobre o concelho de Mação e sobre a sua situação comunicacional. A flexibilidade e adaptação imediatas do guião foram particularmente frutíferas na compreensão dos complexos históricos de deslocação de cada entrevistado que, em modelo directivo / estruturado, seriam difíceis de abranger e de mais difícil análise (Quivy e Campenhoudt, 1992). Ainda que algumas questões colocadas tenham sido sujeitas a codificação e registo de frequências, nem todas são directamente analisadas, sendo a sua consideração subjectivamente transportada não só para a análise de outras questões como para o cumprimento dos objectivos da investigação no seu todo, com primazia para a compreensão e reflexão sobre as percepções sobre a situação comunicacional do concelho.

A estrutura metodológica definida para a análise empírica reflecte, logicamente, definições conceptuais prévias à realização das entrevistas. Como se verá adiante, alguns conceitos, como o

¹¹ Do ANEXO B consta o formulário de consentimento informado, assinado pelos entrevistados, em garantia de que tomaram conhecimento dos objectivos do estudo e do guião de entrevista a aplicar.

¹² Os critérios de amostragem justificam-se pela ausência de uma base de dados que permitisse uma selecção metódica de indivíduos a entrevistar, tendo sido seleccionados indivíduos em idade activa, que viveram no concelho, que dele se deslocaram para estudar / trabalhar e com ele mantêm uma relação comunicacional, física e / ou simbólica.

conceito de “deslocado”, revelaram-se como significâncias simbólicas complexas, abstractas e, sobretudo, relativas, na medida em que em alguns casos, uma separação ou deslocação física do concelho não implica, para o entrevistado, que ele esteja efectivamente deslocado, no efectivo significado da palavra, questão que se aprofundará adiante, num registo conclusivo. Estas nuances transformam o processo analítico conclusivo num exercício de difícil circunscrição, na medida em que a própria identidade *Maçaense* se revela como uma construção complexa, não implicando necessariamente a residência permanente no concelho e cuja compreensão beneficia, como se verá, de uma análise assente numa fundamentação teórica comunicacional, com vista à compreensão dos esquemas motivacionais que justificam a saída do concelho e as consequentes mutações das percepções sobre ele, e sobre os mecanismos de o povoar, não necessariamente físicos, na medida em que, de uma forma ou de outra, todos os entrevistados mantêm uma relação identitária com aquele espaço, com os que lá vivem e com outros que de lá se encontram deslocados. Note-se que há uma diferença significativa, na própria atribuição simbólica dos indivíduos, ao estatuto de “deslocado” e ao processo de deslocação por si só, que responde a percepções díspares sobre a pertença a espaços.

Entre cá e lá, sair do Mação, voltar ao Mação e não voltar ao Mação

Na construção do guião de entrevista a aplicar à amostra seleccionada, foram tidas em conta diversas questões. Em primeiro lugar, permitir uma reconstituição abrangente dos trajectos pessoais de vida dos entrevistados, desde a sua primeira experiência de vida no concelho até à sua saída e ao estado da sua actual relação com o concelho (dos dez entrevistados, oito são naturais do concelho e dois, ainda que não sejam de lá naturais, viveram nele uma parte significativa da sua infância). A progressão cronológica dos eventos e das percepções visou, sobretudo, tornar mais dinâmica a análise das interpretações sobre a relação de cada entrevistado com o concelho ao longo do tempo, relação essa que se altera ao longo do tempo e sendo na maioria dos casos o móbil para a deslocação. Em segundo lugar, um maior leque de questões permite a diminuição da probabilidade de obter respostas enviesadas: ainda que a questão central seja uma análise das percepções sobre a situação comunicacional do concelho, e dos mecanismos que permitem uma manutenção da relação com o concelho, esse tópico só é directamente abordado numa última bateria de questões, sendo por isso possível abordar a iniciativa do entrevistado em referir questões de índole comunicacional ou outros tópicos que, subjectivamente, se desenvolvem em torno de percepções sobre a forma de comunicar com o concelho e com os que lá vivem. Em terceiro lugar, o esquema de questões foi construído de forma a possuir volatilidade suficiente para prever a complexidade e unicidade do percurso individual de cada entrevistado nas suas motivações para a saída do concelho - o guião revelou-se particularmente dinâmico, sobretudo, na entrevista a FM7 (mulher, 31 anos, Gestora R.H., residente em Lisboa), que ao contrário de todos os outros entrevistados, que concluíram, pelo

menos, o ensino primário em Mação, não chegou a frequentar aí qualquer estabelecimento de ensino, tendo-se deslocado com a família para Lisboa mais cedo que os outros entrevistados (por volta dos 10 anos de idade). Ainda que existam tendências comuns, cada percurso se constitui como uma intrincada rede de motivações e percepções que não são, pelo menos com este grau / processo de amostragem, passíveis de ser tipificadas e analisadas enquanto processo ideal-típico. Ao longo do seu testemunho, ainda que muitos dos entrevistados enunciem como motivação para a saída do concelho uma razão específica (para procurar uma melhor qualidade de ensino / melhores possibilidades de sucesso académico, por exemplo), a progressão dos registos discursivos tende a apontar para que a saída do concelho seja, na verdade, motivada por constelações factuais com que os entrevistados se confrontaram em determinada fase do seu percurso, mais do que por uma razão específica. Neste caso, no registo das frequências obtidas por cada entrevistado nas categorias criadas, não existe mútua exclusividade entre variáveis, na medida em que são consideradas válidas todas as motivações que o entrevistado refere, e não apenas uma¹³.

Quando questionados sobre em que situações / razões pelas quais se viram deslocados do concelho, os registos discursivos congregam-se em três motivações: fixação de residência, motivações laborais e de estudo. Dos dez entrevistados, sete apontam como principal motivação para a saída do concelho as motivações de estudo, enquanto apenas dois referem motivações laborais e apenas um a necessidade de fixar residência fora do concelho (cinco frequentaram o ensino em Mação até ao 12º ano e quatro até à conclusão do 9º ano). A prevalência das motivações relacionadas com o progresso escolar aponta para uma tendência geral entre os entrevistados. As deslocações justificadas por questões escolares surgem associadas a uma necessidade de uma busca de melhor qualidade de ensino e novas oportunidades de que o concelho não dispõe na fase em que os entrevistados ali frequentaram o ensino (que entretanto sofreu, como se mencionou no capítulo anterior, mudanças substanciais).

“... O menos positivo [sobre o ensino em Mação] foi talvez porque praticamente eram raros os professores que queriam ir para Mação, nos primeiros tempos das aulas não havia aulas porque não tínhamos professores colocados e os que iam para lá iam um pouco a contragosto, iam para lá não era para passar o tempo mas porque Mação era longe de tudo e o grau de exigência que eles exigiam para nós às vezes baixava bastante, e eu notei um bocado disso e também foi uma das razões pela qual eu fui estudar para Abrantes, a minha irmã quando foi de Mação para Abrantes notou que o grau de exigência lá era diferente, e se eu queria ter um percurso académico bom, vá, aquilo que eu queria, eu tinha de ir para um sítio em que puxassem por mim, puxem pela minha cabeça, é assim, eu tenho a certeza que se eu tivesse continuado o meu percurso escolar secundário em Mação, até ao 12º ano eu tinha, tinha sido provavelmente um dos melhores alunos, tinha entrado se calhar para os anais da história do concelho na altura, eu sentia que podia se calhar fazer mais, e fui estudar para um sítio que

¹³ Cf. ANEXO C, Análise de conteúdo – Sistema de código e registo de frequências.

exigia mais de mim, em que eu vi que eu não era o melhor, em que havia lá outros que eram tão bons como eu, que havia ali mais gente a disputar um pouco a atenção e o protagonismo e a atenção nas aulas.”

FM1 (homem, 33 anos, Consultor no ramo imobiliário, residente em Lisboa)

Há uma tendência comum nas percepções acerca do ensino em Mação, que tende a favorecer essa situação como móbil para deslocação para concelhos limítrofes em busca de melhor qualidade de ensino. As razões mais apontadas são, precisamente, a pouca exigência do ensino (seis dos dez entrevistados) e a excessiva rotatividade de professores (quatro em dez entrevistados) ali colocados a “*contragosto*”, assim como noutras regiões interiores, afastadas dos grandes pólos urbanos. Outro indício associado à fraca qualidade do ensino em Mação é o baixo aproveitamento em geral (dois dos dez entrevistados), sendo que, a dada altura, os standards do ensino estavam negativamente desfasados do nível nacional:

“... Eu queria sair dali para fora, estava farto de pedir à minha mãe e não conseguia, foi assim um bocado complicado mas eu vejo, também por mim mas mais por mais pessoal que saiu dali, sei lá, no 6º e 7º ano e foi estudar para Castelo Branco ou Abrantes, todos dizem que a escola do Mação não tem grau de exigência, é muito baixo e saem dali sem bases nenhuma e eu senti isso, fui para o Montijo, matemática e tudo mais, ia sem bases, tive que ter explicação, várias coisas, não sei, depois derivado ao que é ser professor lá, não se, porque é que é assim, tanto que a escola no ranking não está assim muito nem colocada...”

FM10 (homem, 22 anos, Estudante de engenharia / Barman, residente em Castelo Branco)

Quando questionados sobre os pontos positivos que caracterizam o ensino em Mação, cinco dos dez entrevistados referem a familiaridade como um dos pontos mais positivos, sendo que dois referem a segurança da escola:

“... Proximidade dos professores com os alunos, estão sempre disponíveis, são poucos alunos, não somos um número, somos um nome, isso foi uma das mudanças que se calhar, negativa que eu apanhei quando fui para a universidade, é o tal choque, há um choque para quem sai de Mação ou quem sai de Abrantes, quem sai de Abrantes e vai para uma universidade o choque não é tanto, agora quem vai de Mação, um meio pequenino, toda a gente se conhece, para uma cidade maior, passas de ser tal para ser o número 32 (...) os aspectos positivos é a proximidade, podes andar à vontade na escola, não tens o problema de os teus pais terem que te ir buscar dentro da escola porque não há criminalidade como em Lisboa...”

FM8 (mulher, 25 anos, Técnica de SIG's, residente em Lisboa)

Há uma noção generalizada, entre os entrevistados, de melhorias mais recentes ao nível das condições infra-estruturais do ensino no concelho, uma relativa melhoria da qualidade de ensino, bem como da sua articulação com uma estrutura de actividades extra-curriculares. A opção pelo ingresso no Ensino Superior força, invariavelmente, uma saída do concelho aquando da conclusão do ensino secundário, havendo um leque de opções em termos de seguimento de estudos em estabelecimentos de estudo no interior (Politécnicos da Covilhã, Castelo Branco, Abrantes e Tomar, ou até mesmo na Universidade de Coimbra). Em todo o caso, o surgimento de meios de comunicação, como a A23, potencia as mobilidades não como migrações pendulares diárias mas como deslocações semanais, em que os dias úteis são passados em casas / quartos geralmente alugados na cidade de destino, e os fins-de-semana em Mação, no contexto familiar e de extensas redes amicais, não só conhecimentos que residem permanentemente no concelho mas de outros deslocados, que estudam noutros locais. Neste caso, a importância da presença física no concelho, ainda que intermitente, é referida como muito importante pela maioria dos entrevistados, não como obrigação mas como deslocação necessária. A inevitabilidade da saída, associada ao prosseguimento dos estudos, hoje em dia, motivada pela via académica, surge também associada, entre que se encontram em fase de estudos, à inevitabilidade do regresso, na constituição de um estilo de vida migratório e de constituição de laços permanentes entre espaços e pessoas cada vez menos distantes, reflexo de um país também ele mais próximo de si mesmo em termos de distâncias relativas, em que estar deslocado não implica um corte de afinidades, na medida em que sendo esta uma prática comum, ou um trajecto comum, ainda que com diversas hipóteses e escolhas, serve como agente unificador para determinados estratos geracionais que, em todo o caso, retornam ao concelho (nos tempos livres, mas raramente para residir depois de concluída a fase de estudos). Agente unificador, motivador de afinidades, mais não seja, pela tomada de consciência com que os jovens do concelho se confrontam, da inevitabilidade da saída, ou de uma outra forma de exclusão, motivada pela não-saída:

“... Aquilo eram factos, era uma constatação, nós tínhamos que sair progredir para ter uma vida académica diferente, tínhamos que sair, era uma realidade em Mação, uma realidade adquirida, quando ias para a preparatória, sabias que mais tarde ias sair, a realidade era essa, na altura, actualmente mudou, que mudou, e hoje por exemplo mesmo a nível de localização, hoje também mudou, antigamente a maioria das pessoas vinha para Lisboa, hoje isso já não acontece, hoje por exemplo, a maioria das pessoas posso dizer, posso dizer que a maioria estão na Covilhã, estão lá 16 pessoas de Mação, e desses 16 posso dizer que aí três ou quatro pelo que eu conheço, saíram de Mação para estudar, fazer o 10º, 11º, 12º, o resto estudou em Mação e foi para a Covilhã fazer o ensino superior aaa e desses 16, três ou quatro apenas foram para Abrantes ou para outros lados para o secundário, depois foram todos para a Covilhã, antigamente não, antigamente eram tipo 16 em Lisboa

e três ou quatro na Covilhã, e mais três ou quatro em Castelo Branco, e depois mais três ou quatro em Coimbra, hoje é quase tudo na Covilhã, é uma realidade, não sei, vai um, depois vai outro, não sei.”

FM5 (homem, 33 anos, Investigador de seguros, residente no Cacém, Lisboa)

Veja-se que as dinâmicas entre espaços, motivadas não só pelo desenvolvimento de meios de comunicação entre eles, mas também pelo potencial atractivo de determinado recurso em determinada área, levam a que dentro do próprio concelho existam tendências díspares, que não se coadunam com a visão das tendências de deslocação do concelho para fora, como uma força homogénea:

“... Depois tens outra coisa, pessoal mais da parte norte do concelho nem põe a ideia de ir estudar para Mação, vai tudo Proença, Sertã, e depois vêm aqui para Castelo Branco, eu vejo aqui pessoal, pessoas de Carvoeiro, Cardigos, Envendos, mais para o norte, nem põem a hipótese de ir para Mação, vem logo tudo cá para cima.”

FM10 (homem, 22 anos, Estudante de engenharia / Barman, residente em Castelo Branco)

Precisamente, uma das questões discutidas no capítulo anterior foi heterogeneidade comunicacional dentro do concelho de Mação, neste caso, a disparidade entre a situação comunicacional entre a parte sul e a parte norte do concelho, de relevo mais acidentado, um indício de que as dinâmicas de mobilidade em termos de deslocações para fora de Mação não seguirão, necessariamente, as mesmas tendências nesse território. Mais do que o contínuo desenvolvimento das áreas metropolitanas litorais, no seu surgimento e afirmação, as cidades médias têm cada vez mais um papel preponderante não só para o progresso comunicacional do interior, como também a nível político, administrativo e económico. Assumem-se, também, como pólos de atracção e dinamizadores de novas dinâmicas de mobilidade, sobretudo para jovens em busca de perspectivas académicas nos Institutos Politécnicos que se multiplicaram na última década. Estas instituições encontram-se, também, enquadradas num estilo de vida urbano, cuja variedade de serviços a maioria dos concelhos de origem não oferece, possibilitando, também, oportunidades de vida a maior prazo, para além da conclusão do curso superior:

“... Terei que apontar mais para uma cidade como Castelo Branco, porque apesar de ser uma cidade em que tu tens tudo disponível desde hospital, um centro comercial, uma coisa qualquer, portanto tens tudo ali, o que precisas e não tens a confusão de Lisboa portanto Mação não dá, Mação agora voltar para lá já não haveria hipótese, já, já é demasiado pequeno para mim, enquanto que Lisboa por vezes ainda me é um bocado assustadora, com trânsito, com muita gente com muita confusão, ainda é um bocado com, ainda é um bocado *overwhelming*, digamos assim, para mim Castelo Branco é o ideal, é

aquela cidadezinha pequena mas onde tens tudo, portanto, não tens as filas, os engarrafamentos, não tens os stress de, que tens numa cidade com transportes, com tudo e mais alguma coisa para além de que em termos do custo de vida não se compara com Lisboa, portanto, em termos abstractos se eu precisa de um sítio onde consigo ter acesso aos mais diversos serviços ou entretenimento, tudo e mais alguma coisa, mas sem violência (...) aqui em Lisboa há certas zonas onde convém não, não facilitar muito, Castelo Branco eu estive lá 6 anos, vá lá e nunca tive problemas (...) Castelo Branco mas não tinha nada, problema nenhum, nenhum tipo de constrangimento.”

FM3 (homem, 31 anos, Informático, residente em Benfica, Lisboa)

A inevitabilidade da deslocação, associada à progressão e maturidade, junta-se à confrontação com novas experiências e novas realidades, no caso do excerto acima transcrito, o entrevistado refere uma situação de vida relacionada com um meio urbano médio, interior, sem os *stigmas* que assolam os grandes pólos urbanos (num dos quais vive actualmente), assumindo a sua experiência de mobilidades (Mação – Castelo Branco – Lisboa), sob a forma de uma cadeia de percepções geradas *a posteriori*, do reconhecimento da pequena escala de Mação, aquando da experiência em Castelo Branco, e do reconhecimento daquilo que considera ser a qualidade de vida ideal, nesse local, quando se desloca posteriormente para Lisboa. Em todo o caso, e relativamente ao concelho de Mação, os entrevistados referem que a deslocação contribuiu, efectivamente, para uma nova percepção sobre o concelho e sua situação a todos os níveis. Quando questionados sobre quais os aspectos que contribuem para uma boa qualidade de vida, colocam-se novas questões, relacionadas com o peso de um potencial sentimento de pertença ao concelho na elaboração das respostas. Ainda que a questão não faça qualquer menção ao concelho ou sua situação, as respostas incluem, na sua maioria, uma referência ao concelho e o estabelecimento de um paralelo entre algumas das marcas que caracterizam a sua qualidade de vida com uma situação de vida ideal que, na verdade, o concelho não pode oferecer. Cinco dos dez entrevistados referem a tranquilidade (pouco movimento, tráfego e ritmo de vida menos acelerado) como aspecto essencial para uma boa qualidade de vida; quatro em dez mencionam a familiaridade e proximidade dos laços como factor preponderante. Qualidade ambiental, segurança, viver num contexto urbano, disponibilidade de serviços (de saúde, sociais, comércio, etc.) e de meios de comunicação são referidos como aspectos fundamentais para uma boa qualidade de vida por apenas dois entrevistados. Custo de vida baixo e a possibilidade de ter um local de tempos livres longe do local de residência são referidos apenas por um entrevistado. A par da associação dos factores que contribuem para uma boa qualidade de vida a algumas das características associadas ao concelho, sublinha-se a ausência de questões relacionadas com as questões laborais, nomeadamente a possibilidade de exercer trabalho qualificado e bem remunerado. Para compreender esta ausência, as questões da qualidade de vida no concelho foram exploradas numa fase mais tardia do guião, de forma mais directa e, de facto, só

quando interpelados directamente, é que surgem linhas de percepção negativamente orientadas para diversas vertentes das possibilidades de vida que o concelho oferece, como se verá adiante.

Relativamente aos trajectos profissionais, seis dos dez entrevistados iniciaram actividade profissional no destino de deslocação, fora do concelho (desses seis, dois iniciaram actividade profissional logo após a finalização do curso superior). Apenas dois iniciaram actividade profissional em Mação, um durante o secundário e outro antes de completar o 9º ano. Sobre as ofertas profissionais em Mação, referiu-se no capítulo anterior a fraca oferta de emprego qualificado, bem com a prevalência da autarquia e de alguns serviços associados como principais empregadores no concelho. Em todo o caso, e tendo em conta a experiência de FM6 (homem, 32 anos, Motorista privado, residente no Barreiro) os mecanismos de sobrevivência profissional definem-se em função dos traços de familiaridade e das redes informais de contacto, de uma forte transitoriedade em ciclos de pequenos trabalhos e tempos de procura de trabalho, sem grandes perspectivas de progressão em carreira:

“... Trabalhei bastante tempo e sempre me dei bastante bem, ainda em Mação, mas pronto eu vim mesmo, quando eu deixei de trabalhar e fiquei no desemprego aí foi a porta aberta para eu me vir embora, eu já tinha feito praticamente tudo o que havia para fazer, já tinha feito todos os trabalhos que havia para fazer, trabalhei numa serração, como manobrador de máquinas, trabalhei como servente, trabalhei como barman, como empregado de mesa, trabalhei nas piscinas municipais, trabalhei como bombeiro, como vigia florestal, pronto, foi uma série de coisas que pronto que tirei bastante experiência, ganhei bastante experiência, porque não eram sempre os mesmos patrões, tínhamos que nos habituar mas é tudo muito pequenino, é tudo muito interligado ‘olha ele gosta de fazer isto e aquilo, trabalha assim e faz assim’ (...) e depois à primeira oportunidade que tive de me vir embora eu agarrei e nunca mais larguei daí estar cá estes anos todos.”

FM6 (homem, 32 anos, Motorista privado, residente no Barreiro)

Este trajecto, motivado por uma situação económica deficitária, não é comum a todos os entrevistados, sendo no entanto uma experiência a registar na medida em que as fracas possibilidades financeiras revelam uma estrutura económica concelhia precária, potencialmente relacionada com a degradação da sua estrutura demográfica, actuando como factor de repulsão para os jovens do concelho – um cenário de estagnação e fracas perspectivas de solidificação económica. As percepções quanto às principais mudanças no modo de vida, devido à deslocação do concelho, reflectem uma tendência para a compreensão do processo como uma nova etapa na evolução e no crescimento individual (quatro em dez entrevistados associam esta mudança ao surgimento de novas responsabilidades e mais independência), mas também este processo de mudança é marcado pelas mudanças contextuais implícitas ao novo local de habitação, neste caso, a o choque com o modo de vida urbano e suas escalas de funcionamento orgânico (três em dez

entrevistados, sendo que apenas um refere explicitamente a sua experiência como uma fácil adaptação ao modo de vida urbano). Dois dos dez entrevistados abordam a questão do ponto de vista da adopção de um novo padrão de mobilidades, um modo de vida vai – vem, entre o local para onde se deslocaram e o concelho que, nalguns casos, se revela como uma forma de habitação em dois sítios, um, onde se desenvolve a actividade económica e outro, associado ao lazer e, até, à constituição e manutenção de redes amicais (apenas um entrevistado relaciona a sua experiência a uma alteração das sociabilidades, em termos de frequência e forma de sociabilidade):

“... Eu estou há 14 anos em Lisboa e no início a minha mãe, também era mais novo, obrigava-me a ficar cá, hoje isso não acontece, há nove anos que eu todos os fins-de-semana vou para Mação, todos, há nove anos, todos, não há um, não há um há dois ou três anos, não há, todos os fins-de-semana vou para Mação, chego a casa vou para Mação e regresso Domingo à noite e à uma da manhã estou cá. (...) Para mim Lisboa é trabalhar e os meus hobbies, o meu lazer, aquilo que eu gosto, o sossego. os animais, etc. etc. É tudo em Mação e só lá é que eu encontro e não gosto de estar aqui, não gosto, pronto, e então todos esses hobbies e natureza, etc. Que eu para mim é qualidade de vida, é essa, trânsito, quanto menos melhor, estou um bocado farto disso e depois o contacto pessoal aqui acordas, tens um apartamento a primeira coisa que fazes é ligar o computador, não há mais a fazer, ligar o computador e a net, lá não, dás logo uma volta a pé de manhã, uma corrida, vais, desporto, eu adoro desporto, faço BTT, faço todos os fins-de-semana e sobretudo também com animais gosto muito de animais e então aqui não encontro espaços e aqui é assim, acredito que na cidade se consiga viver bem mas temos que ter uma remuneração muito grande porque se quer dizer, se ganhar aqui 1000 euros, eu não tenho qualidade de vida, enquanto que com 1000 euros em Mação já tenho uma qualidade de vida superior (...) contacto com os amigos aqui em Lisboa as amizades são sempre amizades que estão relacionadas com Mação.”

FM5 (homem, 33 anos, Investigador de seguros, residente no Cacém, Lisboa)

A caracterização do processo de deslocação numa lógica de maturação e progresso individual está bem patente, também, nas percepções sobre as alterações na relação com o concelho provocadas pela saída. Três dos dez entrevistados associam, no quadro dessa relação, a saída a um crescimento pessoal e também três consideram que, pela sua experiência, o concelho passou a ser apenas destino de férias / lazer / tempos livres. Numa agregação das percepções sobre a situação do concelho, posta em perspectiva depois da deslocação, em orientação positiva e negativa, quatro em dez entrevistados tendem a assumir um discurso mais negativo, pondo a situação concelhia em perspectiva, enquanto apenas dois valorizam mais essa situação. Em todo o caso, ao longo dos depoimentos há uma tendência consistente para a menção de um maior sentimento de pertença / acentuar do laço emocional ao concelho e seus habitantes, cuja manutenção se faz, sobretudo, pelo regresso regular a Mação. Quando questionados sobre a forma como mantêm o contacto com a

terra e os habitantes do concelho, todos os entrevistados referem que esse laço é mantido através da presença física, indo a Mação com regularidade. Mais, a intensidade do laço é transportada para o destino da deslocação, mantido fora do concelho, na medida em que seis dos dez entrevistados percebem a forte sociabilidade com outros deslocados do concelho (e de fora dele, em alguns casos) como uma forma de afirmação identitária fortemente associada à proveniência territorial como denominador comum, mas também uma afinidade vincada pelo facto de serem redes amicais constituídas por deslocados, que não estão em Mação mas que recriam um contexto e mapa de sociabilidades muito característico da sua interação no concelho:

“... Porque a maior parte deles [dos outros deslocados] já eram meus amigos antes de nos deslocarmos, portanto havia já este contacto, esta ligação, o facto de eles estarem deslocados criou um pouco mais de afinidade. Há uma realidade que é verdade, esta que nós temos mas é uma coisa gira, é assim, estamos todos a trabalhar em Lisboa e de vez em quando ao final do dia, olha, combinamos, juntamo-nos todos e vamos beber um copo, coisa que se nós tivéssemos em Mação seria normal e fácil de fazer, vamos aqui e pronto, cá é uma ocasião especial, falamos uns com os outros, vamos jantar (...) quando nós nos encontramos, malta do Mação que está cá em Lisboa é sempre uma festa, estamos sempre na galhofa, é sempre, não é aquele coiso de mais um encontro, é uma festa mesmo, é giríssimo mas pronto, como não conheço assim tanta gente de Lisboa que o faça não posso responder mas é um pouco cada vez que nos juntamos é como se tivéssemos a matar saudades, é como se tivéssemos no Mação, nós estamos em Lisboa e cada que vez que nos juntamos aquilo que nós falamos mais é mesmo do Mação, é como se nós tivéssemos, criássemos desta maneira o nosso bocadinho de Mação aqui em Lisboa, é giro, não conheço assim muita gente que faça isto, se calhar pode ter algum, antigamente havia as casas das beiras, a casa de Tomar em Lisboa, em que as pessoas dessa terra se juntavam, isso entretanto foi-se perdendo portanto nós temos esta coisa mais espontânea, nós no nosso grupo de amigos vamo-nos juntando e fazendo a casa de Mação em Lisboa, onde calha, é uma festa, depois é giro porque há pessoas que foram, não têm ligação lá, foram lá e gostam de se juntar a nós precisamente por isso, por causa dessa afinidade mas se esta afinidade reforça a minha amizade com eles, claro que reforça, é sempre, é sempre algo muito, muito, muito importante e é um ponto em comum.”

FM1 (homem, 33 anos, Consultor no ramo imobiliário, residente em Lisboa)

Há uma tendência por parte dos entrevistados para considerar a forte sociabilidade com outros deslocados do concelho como uma forma de manutenção do contacto com o próprio espaço concelhio. Os meios de comunicação à distância desempenham aqui um papel preponderante (seis dos dez entrevistados referem as telecomunicações e quatro em dez referem a internet e as redes sociais como meios essenciais para manter essa ligação), sobretudo na organização dos encontros e na manutenção de contacto regular não presencial, essencial para trazer para a esfera amical dos deslocados, pessoas que não se encontram nessa situação:

“... Eu facilmente criei uma comunidade de pessoas de cá, mais facilmente consegui entrar as pessoas de cá com as pessoas de lá, quer levando-as para lá quer trazendo as que estão lá para cá, quer juntando o meu grupo de amigos de cá com o meu grupo de amigos de lá que está cá, portanto neste momento eu consigo estar num sítio onde tenho pessoas de cá, pessoas de lá, toda a gente se conhece, toda a gente se fala, estivemos n vezes juntos (...) foi só tão básico quanto criar mailing lists, como partilhar a palavra para o pessoal, vamos juntar-nos, mandamos um mail à quarta-feira, vamos encontrar-nos amanhã, portanto e isso foi-se proporcionando e aquilo que começou com três ou quatro amigos pode acontecer serem dois ou três amigos na mesma mas pode acontecer num dia em que a malta mandou um mail, passa a palavra e nesse tarde nós juntamo-nos dez, ou quinze ou vinte pessoas a jantar numa qualquer noite fantástica, a única preocupação que tentámos foi arranjar um sítio central para todos, essa é a grande questão, ok, onde é que as linhas terminam todas? Cais do Sodré, Baixa-Chiado, vamos todos para o Bairro Alto, toda a gente consegue vir de carro ou autocarro, tens parques, tens estacionamento, tens tudo aaa hoje em dia, estamos em situações de conseguirmos estar a juntar-nos, aquela pessoa que não era tanto do nosso grupo mas soube disto e veio ter connosco, estamos a juntar já pessoal de Alcaravela que veio ter connosco e Alcaravela já não é sequer do concelho de Mação, já é deslocado, apesar de serem regiões que sempre se deram umas com as outras. Eu acho que é muito importante manter o contacto cá ou lá, tenho tido essa preocupação também de juntar e depois tenho preocupação do levar de cá para lá eee reza a lenda que ninguém lá vai só uma vez e acontecem as situações mais estranhas de levares e encontrares alguém que é de cá e afinal estão lá e o que é que fazes por aqui e olha conheço também alguém, tenho tido muita preocupação de levar gente de cá para lá, acho que é importante, não é que isso vá despoletar turismo, é mesmo só para os grupos e para o passa palavra...”

FM2 (homem, 27 anos, Técnico de informática, Foros de Amora)

Um detalhe digno de nota é a utilização, por parte de alguns entrevistados, de um regionalismo / arcaísmo frequentemente utilizado em Mação por muitos habitantes, na referência ao nome do concelho. Ao longo dos registos das conversas é comum a substituição da preposição “de” pela contracção da preposição “de” com o pronome “o”, entre outros casos: a importância de ir *ao* Mação ou de ser *do* Mação. O arcaísmo surge no contexto das conversas, seja de forma mais afectuosa, na referência ao concelho, quer de forma inconsciente em tons mais formais sendo de sublinhar que, ainda que não seja utilizado em todas as referências ao concelho, por parte dos entrevistados, é relativamente frequente e comum à maioria.

Como referido anteriormente, tende a haver uma orientação positiva das percepções face à situação do concelho de Mação, pelo que se procurou averiguar com maior profundidade quais são, em termos positivos e negativos, as noções motivadas não só pela experiência de vida no concelho como pela deslocação para fora dele. Quando indagados sobre a hipótese de vir a fixar residência em Mação, no futuro, seis dos dez entrevistados respondem afirmativamente, sendo que três

sublinham que esse cenário só se tenderá a efectivar em idade inactiva. Os dois entrevistados que respondem negativamente sublinham, também, que essa possibilidade só se colocará de facto numa situação de inactividade, e na possibilidade de ter em Mação uma residência secundária, o que é relativamente comum no quadro das tendências habitacionais do concelho. Na constelação de percepções relativas aos factores que pesam sobre a decisão de residir ou não em Mação, futuramente, há uma clara orientação, na esfera dos factores negativos, para a situação económica do concelho. Todos os entrevistados referem a fraca oferta de emprego qualificado como um forte factor de repulsão, sendo a estagnação económica do concelho (causada, na percepção dos entrevistados, por razões endógenas) também referida como um forte factor de repulsão por cinco dos dez entrevistados. Mesmo em termos comunicacionais, a construção da A23, que foi apologizada como um factor de exponencial desenvolvimento para o concelho teve pouco efeito em termos efectivos, nessa medida, mercê da pequenez do meio e da pouca capacidade de resposta à mensagem e potencial de desenvolvimento veiculado nesse meio de comunicação. Em termos de aspectos positivos ligados aos factores que pesam na decisão de residir em Mação, há mais factores positivos com maior frequência que factores negativos. A tranquilidade e as boas condições ambientais (seis entrevistados em dez), a proximidade face aos familiares (cinco em dez) e as melhores condições para constituir família (quatro entrevistados em dez), não são relacionadas com as questões do emprego, mas com as de segurança e possibilidade de aproveitamento do ar livre são factores que os inquiridos consideram preponderantes quando confrontados com a possibilidade de residir em Mação. O único factor económico com associação positiva maioritária é o custo de vida tendencialmente mais baixo (cinco dos dez entrevistados), mas que surge também associado a remunerações mais baixas. Mesmo quando confrontados com uma questão mais abstracta, que prospectiva um cenário de eventual residência em Mação, confirma-se a tendência para a constituição da situação económica do concelho enquanto factor de repulsão, sendo valorizados na esfera dos factores positivos, o mesmo tipo de áreas. Como referido anteriormente, foi necessário um confronto dos inquiridos com questões mais directas para motivar a reflexão e verbalização de opiniões negativamente orientadas face ao concelho, sendo as suas projecções abstractas, referidas anteriormente, mais positivas, possivelmente, devido à ligação identitária ao concelho – nesta situação, a colocação de um cenário objectivo, ainda que hipotético, de residência em Mação, permitiu uma compreensão concreta e mais abrangente das percepções dos entrevistados sobre a situação do concelho. Sublinhe-se que as questões comunicacionais não foram referidas como factor de atracção / repulsão neste quadro de respostas, sendo de seguida concretamente analisadas.

Relativamente às questões sobre a situação comunicacional do concelho, há uma maior preponderância de factores positivos face aos negativos, sendo o somatório de factores negativos de apenas seis e o de factores positivos de treze. Nos factores de orientação negativa, três dos dez entrevistados consideram que houve de facto um progresso comunicacional significativo no

concelho de Mação, mas que em termos de desenvolvimento e crescimento económico locais, esse progresso foi mal aproveitado. Dois referem as ligações multimédia e o acesso à internet como tendencialmente mais lento quando comparado com as condições de acesso e leque de produtos e performances disponíveis nos pólos urbanos. Apenas um dos entrevistados refere uma questão comunicacional preponderante na questão das mobilidades, que é a passagem das vias Sem Custos para o Utilizador para o modelo taxado (estando a A23 em fase de adaptação infra-estrutural), uma questão muito importante na medida em que a A23 é o eixo de ligação do concelho ao país, e a forma mais cómoda de deslocação até Mação. Esta importância é reconhecida pelos entrevistados, reconhecimento explícito nos factores positivos associados ao progresso comunicacional do concelho. Quando elaborado um levantamento sobre os meios de comunicações referidos pelos entrevistados no depoimento sobre a situação comunicacional do concelho (sem qualquer especificação por parte do entrevistador face ao tipo de meios de comunicação), nove dos dez entrevistados referem a rede viária (melhoria da qualidade das estradas locais, em geral, e auto-estrada em particular). Cinco em dez referem a internet na sua reflexão sobre a situação do concelho e quatro as melhorias em termos de cobertura das redes móveis (ainda que com algumas falhas localizadas). Dois dos entrevistados referem o jornal regional “Voz da Minha Terra”, que lhes permite saber o que se passa no concelho e um refere os diversos clusters eólicos que têm sido instalados no concelho como um meio de comunicação importante para o desenvolvimento comunicacional do concelho. Apenas dois dos entrevistados referem a linha ferroviária da Beira-Baixa, que liga o concelho à rede ferroviária nacional e que foi, desde a sua construção, um importante eixo comunicacional facilitador das mobilidades entre o concelho e o resto do país. A discrepância entre as referências à rede viária e ferroviária conjuga-se com as tendências do investimento nacional em infra-estruturas de comunicação: um franco investimento em auto-estradas (sobretudo nas vias sem custos para o utilizador, nas ligações às regiões interiores), em paralelo com o desinvestimento na rede ferroviária e conseqüente perda de utilizadores dos comboios de longa distância, tendência inversa à que se verificou no resto da Europa nas últimas décadas, em que o número de utilizadores dos transportes ferroviários tem aumentado, mercê não só do aumento da extensão das vias mas também da modernização das já existentes, e das infra-estruturas associadas.

Em termos de factores positivos associados ao progresso comunicacional do concelho, cinco dos dez entrevistados referem uma dinâmica comunicacional em mudança positiva, resultante da significativa redução das distâncias relativas na ligação do concelho ao resto do país (com preponderância para a contribuição da A23 para essa redução). Quatro entrevistados consideram que, genericamente, nos termos da sua situação comunicacional, Mação está, actualmente, ligado a todo o país, sendo que três referem uma maior inclusão comunicacional do concelho no contexto nacional, não em termos infra-estruturais mas sim abstractos, na forma de uma maior projecção da imagem do concelho e das suas mais-valias:

“O concelho neste momento, está mais visível, talvez pela modernização comunicação também, talvez pelos acessos que o concelho tem, antigamente, para chegar a Mação levava-se três horas, agora demora uma hora e pouco (...) portanto eu acho que o concelho está mais exposto, já está mais exposto, já está mais aberto a receber outro tipo de pessoas em termos de comunicação, eu acho que a própria sede de concelho está a tratar de vincar o concelho de Mação no mapa como surgiu uma notícia agora aqui há uns tempos que Mação era a capital do presunto, parece que não mas isso vinca na comunicação, isso faz com que se fale, faz com que as pessoas oiçam, se faz com que as pessoas oiçam faz com que mais pessoas para lá vão, portanto eu acredito que essa comunicação da forma como se está acontecer, a ser feita, bastante ponderada e muito bem pensada eu acho que está a entrar naquele caminho realmente, os líderes, políticos ou não e os líderes das empresas têm o seu interesse, são os mais interessados nisto tudo acho eu, eu acho que tem, que tem um sinal positivo, é muito bom.”

FM6 (homem, 32 anos, Motorista privado, residente no Barreiro)

Há também uma percepção concreta do carácter imprevisível das alterações que o progresso comunicacional causou nas dinâmicas concelhias, sobretudo em termos de mobilidade e tendências demográficas. Não só os índices de desenvolvimento não progrediram no sentido de otimizar a vaga de melhorias comunicacionais infra-estruturais, como se colocaram novas possibilidades, fora do concelho, aos seus habitantes:

“... A estrada foi um breakthrough muito bom, apesar de talvez ainda não ter sido aproveitada como se esperava, o florescimento da indústria, o desenvolvimento, mas a verdade é que abriu vias de comunicação muito boas, que eu hoje ponho-me em Mação em hora e meia, não é nada, o que se calhar acaba por ser aqui um pau de dois bicos porque estas vias de comunicação e estou a falar em obras públicas, em estradas, nesta perspectiva pode, vir a ser um pau de dois bicos porque estas mesmas estradas que teoricamente levariam as pessoas podem servir também para as retirar de lá, que foi um bocado o que me aconteceu, eu chego lá facilmente mas não estou lá.”

FM3 (homem, 31 anos, Informático, residente em Benfica, Lisboa)

A alteração dos perfis de mobilidade, seja ela a alteração da residência (grande deslocação) ou uma forma de migração pendular diária ou semanal, como no caso dos estudantes que se deslocam para as diversas universidades do país, é uma realidade concreta, que relativiza a própria capacidade económica do concelho em satisfazer as aspirações dos seus habitantes. Se o progresso comunicacional, em particular a A23, colocou Mação numa posição favorável face a outros concelhos da Beira-Baixa e abriu novas perspectivas de desenvolvimento e crescimento económico, por outro lado, o concelho passou a estar inserido numa rede de competitividade, que é

simultaneamente económica e demográfica, pelo simples decréscimo das distâncias relativas que o unem a diversos pontos de interesse, em muitos casos, este despovoamento e abandono é motivado pelas próprias estruturas de funcionamento institucional local:

“... Nesta altura de crise também não é favorável mas não criam muitas oportunidades aos jovens, o Governo, o IFP, lá está, incentiva os jovens a sair de casa, daqueles meios, aliás quando eu fui à Sertã, ao centro de emprego, eles disseram ‘porque é que não vais para Lisboa? Ganhas mais?’ ‘mas porquê, o IFP não paga o mesmo em Lisboa do que aqui?’ ‘não, tu ganhas pelos kms que fazes’, tens o base, mas quanto mais, por exemplo, eu ganhava quase mais €200, é muito dinheiro, são quarenta contos, fora o ordenado base que tinhas, tinhas era de não estar na tua terra.”

FM8 (mulher, 25 anos, Técnica de SIG's, residente em Lisboa)

Em suma, o progresso comunicacional não é uma razão para a saída, mas o seu não aproveitamento é e continua a ser, sem dúvida, um factor de repulsão. A distância do concelho às zonas de destino da deslocação não compromete as possibilidades de manutenção do contacto e de perpetuação da ligação à terra, assim como o progresso tecnológico e informático permite substituir a importância da presença física com uma presença simbólica (para os entrevistados, saber o que se passa no concelho é faz parte do contacto com os seus habitantes). Esta diluição do espaço numa estrutura de rede e a desmaterialização da construção da identidade questiona, também, o próprio conceito de “deslocado” e do que é uma deslocação. De acordo com os depoimentos recolhidos, a deslocação (interrupção da presença física no espaço do concelho), comunicacionalmente mais facilitada contemporaneamente, tenderá a corresponder a estatutos identitários / de origem, mais vinculados, que promovem até um exacerbar da afinidade entre quem está fora, entre si, e entre quem está fora e quem permanece no concelho. Mais, as dinâmicas comunicacionais contemporâneas facilitam uma percepção dos espaços de forma não exclusiva, na medida em que se podem ocupar diversos espaços, quotidianamente, materialmente ou não, exercendo diferentes componentes da vida em cada um deles:

“... Acho que estou mais deslocado de Lisboa não sou deslocado de Mação porque muitas das pessoas, porque a minha realidade é aquela, é agora trabalho, é fora de lá, neste momento é essa a situação, mais tarde não sei (...) neste momento sou mais um deslocado de Lisboa, estou aqui trabalhar mas quer dizer, vou para Mação, sou de lá, sou de lá as minhas raízes são lá, não é só “tenho lá os meus pais etc. Mas sou daqui” não, ainda estou na fase de sou de lá, estou aqui porque estou mas amanhã se for preciso, aliás, se amanhã se calhar se as coisas corresse mal, se me separasse, se calhar daqui a um mês estava em Mação, fazia um telefonema, chefe, a partir de agora vou trabalhar na zona de Castelo Branco, Alentejo e Abrantes, ponto final, e 2ª feira estava lá, pegava no equipamento de informática, ia para Mação, instalava um escritório e acabou, portanto eu sou de lá,

estou aqui um bocado deslocado, neste momento estou aqui um bocado deslocado, mas se calhar no futuro a realidade aí vai mudar, se calhar aí vou estar vou estar em Lisboa, vou estar um bocado deslocado de Mação e vou lá depois na altura como alguns vão hoje, de 15 em 15 dias, de três em três semanas e pronto.”

FM5 (homem, 33 anos, Investigador de seguros, residente no Cacém, Lisboa)

A principal mudança introduzida pelo progresso comunicacional no concelho, mais do que um devir tecnológico, é uma mudança social em termos de mentalidades e valores, patente no planeamento, construção e percepção dos trajectos individuais de cada um, dos que vão e dos que ficam, um novo dado ou tomada de consciência: deslocar-nos hoje é diferente do que deslocar-nos há vinte ou trinta anos atrás, e as vantagens da deslocação são, também, outras, em áreas preponderantes. Como se percebe um meio de comunicação como a A23, que altera subitamente a situação comunicacional de um concelho? Não necessariamente como um sinal de que se vão iniciar novas dinâmicas de povoamento, mas como a abertura de novas oportunidades de formação escolar e estabilidade profissional, que não implicam uma ruptura drástica com o espaço concelhio e as redes familiares e amicais aí constituídas. A tomada de consciência face ao espectro de oportunidades associados a cada contexto tende a maturar com a diversidade das experiências, do vivido noutros locais mas não é necessariamente só um processo de mudança no que se desloca, também nos que ficam, que avaliam a situação em função da experiência que o outro está a ter e do que se passa no concelho:

“... A minha mãe que só queria que eu viesse para cá no máximo 6 meses, já lá vão dois anos e, até por curiosidade, falei com ela da possibilidade de ir para lá, e ela incentivou-me a ficar por cá mais um tempo, por causa do desemprego e até pronto eu fiquei surpreendida por ela me incentivar a ficar por cá (...) Os meus pais não acreditavam que fosse ficar por cá muito tempo, porque pensavam pronto que eu não, na altura concorri para a faculdade e nunca quis Lisboa porque era muito grande talvez não me fosse adaptar, e se calhar não ia, porque era vir logo para Lisboa de Mação, era uma diferença bastante grande, pronto, da minha aldeia, bastante pequena, vir logo para Lisboa é uma diferença bastante grande e talvez por isso eles na altura pronto até pronto mas agora já nem me questionam sobre isso.”

FM9 (mulher, 23 anos, Enfermeira, residente em Lisboa)

A alteração dos perfis de deslocação, da identidade do deslocado e dos mecanismos de manutenção de contacto com o concelho de origem é um processo simultaneamente individual e colectivo, que sedimenta a estrutura de desenvolvimento do concelho a todos os níveis, as práticas sociais dos seus habitantes, dos que saem e os perfis dos que a ele retornam (em idade inactiva,

potencialmente) e dos que não retornam. A intensidade das dinâmicas de despovoamento rural em Portugal, a sua impermeabilidade às iniciativas com vista à sua mitigação, assim como o desequilíbrio entre regiões em termos de desenvolvimento e condições de vida e oportunidades beneficiaria de uma abordagem multidisciplinar para a qual os horizontes teóricos da comunicação ainda contribuíram pouco, numa situação em que a drástica mudança comunicacional do país nas últimas décadas aponta para muitos fenómenos sociais como sendo potenciais questões de foro comunicacional, apesar de não estarmos, ainda, a reflecti-las nesse contexto analítico.

CONCLUSÃO

Pensar as dinâmicas de despovoamento e desertificação, de um ponto de vista comunicacional, implica uma reflexão cuidada sobre o progresso comunicacional e sobre consequências não intencionais associadas às medidas de mitigação desses fenómenos. O eixo migratório entre o Pinhal - Interior e Lisboa foi reconhecido como muito significativo há décadas para cá. Num artigo publicado em 1987, Maria Beatriz Rocha-Trindade reconhece a importância e a significância dessa ligação como, na altura, perfeitamente estabilizada e, mais, apesar das perdas populacionais, como geradora de consequências positivas para as povoações dessas regiões, mediante um *“mecanismo associativo peculiar”* (Rocha-Trindade, 1987:723). No caso da migração interna, *“é mais fácil a manutenção dos contactos com a terra por parte daqueles que partiram; e o desejo de melhorar e tornar mais frequente essa interacção mobiliza igualmente o esforço de aproximação entre cidade e campo, por meio da criação de novas vias de acesso e comunicação”* (Rocha-Trindade, 1987:724). No quadro da activação do património memorial ligado ao quotidiano e tradição das regiões de origem, a autora estabelece um paralelo entre a partida, a saída da terra (para estudar ou trabalhar, por exemplo), e outros actos socialmente significativos como o trabalho agrícola, actos cerimoniais ou as formas de utilização dos meios de comunicação. Está, portanto, presente na construção identitária destas regiões o despovoamento como realidade socialmente aceite, sem que esse processo seja associado a um abandono. Mais, essa institucionalização da partida (e do retorno numa fase avançada da vida) torna-se uma das principais razões para a apologia do progresso comunicacional por parte das populações dessas regiões. A par do progresso em si, o desenvolvimento comunicacional localmente reivindicado deve muito à intrínseca necessidade das populações locais em preservar a memória entre os que foram e os que ficaram, pela proximidade. As ideias aglutinadoras do movimento associativo local estiveram relacionadas, segundo a autora, com o desenvolvimento comunicacional: promoção do desenvolvimento económico e social, abertura de novas vias de comunicação rodoviária e ferroviária, extensão da rede telefónica, abastecimento público de água e electrificação rural (Rocha-Trindade, 1987).

Estas reivindicações não correspondem a uma ruptura com a identidade local, por parte dos que partem, mas a um desenvolvimento progressivo desse património simbólico, numa outra escala

espacial, com outros mecanismos de construção identitária. No caso do concelho de Mação, como referido, a inclusão dos indivíduos em torno da identidade Maçaense não necessita de ocorrer no espaço circunscrito, a inclusão simbólica ocorre através da afinidade em torno do que é ter-se deslocado. Aliás, nesta perspectiva, a saída ocorre para contrariar a estagnação e a exclusão no concelho, face às oportunidades de outros locais, e à necessidade de integrar outras esferas de uma rede em que circulam outros fluxos informacionais, outros horizontes simbólicos da existência social em rede e numa lógica de rede em que os perfis de exclusão coincidem com a distanciação face a esferas determinantes nessa estrutura. Essa estrutura tem uma agência própria, em termos de atracção:

Cada vez mais os espaços são abertos a influências do exterior. O fechamento que caracterizava as sociedades rurais tradicionais há muito que se vem esbatendo. Seja através de trocas comerciais, seja através do acesso a bens e serviços, ou pelo acesso a um emprego ou mesmo à educação, as mobilidades espaciais são centrais no quotidiano dos indivíduos. A partir do momento em que essas se tendem a acentuar reforça-se a mudança social. Uma mudança que não é apenas visível nos espaços rurais, e que tem vindo a conduzir a perdas populacionais significativas, mas uma mudança igualmente visível nos espaços urbanos, nem sempre preparados para receber as «massa populacionais» que chegam expectantes por melhores condições de vida.¹⁴

O progresso comunicacional, através da melhoria das acessibilidades, proporcionou um aumento das mobilidades entre campo e cidade, determinantes para a sua mudança e para a solidificação de novos eixos de ligação entre meios urbanos e rurais e, também, em termos de projecção dos percursos pessoais dos indivíduos, num plano em que o sucesso pessoal é conotado com a saída das regiões interiores (Sousa, 2007).

É neste contexto que se sugere a análise do despovoamento como uma externalidade negativa, uma consequência não intencional de tendências de mobilidade em massa, respondentes à busca de melhores condições de vida e facilitadas pelo progresso comunicacional que visava combater o abandono das regiões interiores, acelerando esse abandono. Os meios de comunicação são, no interior, focalizações subjectivas de uma mensagem com dois sentidos: do *tudo* que muda noutros sítios, a velocidade vertiginosa e difícil de acompanhar, e do *nada* que muda nesses territórios, que os legitima enquanto pólos de exclusão, com uma carga simbólica inerente, um risco: o risco de ficar, associado à ligação física ao território. O progresso comunicacional permite uma minimização desse risco, a reconfiguração da relação física com o território sem comprometer a manutenção da identidade simbólica associada a Mação, que se perpetua de muitas formas. É,

¹⁴ Sousa, Vanessa Duarte (2007), “Factores de atracção e repulsão dos territórios rurais deprimidos – Uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira)”, comunicação apresentada no III Congresso de Estudos Rurais, Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Lisboa.

efectivamente, possível estar ligado a Mação sem lá estar, porque a virtualização que o progresso comunicacional promove permite essa desmaterialização do corpo em simultâneo com a permanente construção da consciência identitária associada a Mação, através de outras formas de comunicação. A identidade daquele que se deslocou corresponde a novos perfis de mobilidade de forma a tornar-se competitivo numa sociedade informacional em rede, a necessidade de sair para acompanhar, e a virtualização da construção da identidade ligada ao espaço que se abandonou. Pensar as dinâmicas de despovoamento / repovoamento, implica não só um enquadramento do fenómeno em determinado contexto, mas também uma análise compreensiva da relação entre este objecto e questões como a redistribuição geográfica de forças produtivas, reconfiguração de estruturas de classe e construção / reconstrução de símbolos e identidades culturais, às quais a relação com o espaço está intimamente ligada (Castells, 2002: 21). De acordo com o discurso dos indivíduos entrevistados no contexto desta investigação, a própria identidade do Maçaense não está circunscrita ao espaço do concelho, mas à dispersão dos seus habitantes por muitos outros locais e regiões, com novos meios de comunicação a operar como órgão protésicos dessa construção identitária permanente:

“... Acho que fica e ganha o dito prazer e o gosto pelo, o orgulho, chamemos-lhe assim, quase que aquela história de Mação, Mação, Mação, acho que ao fim ao cabo conseguimos espalhar muito a nossa palavra e temos a curiosidade que é quase uma mística que é deslocar-nos para tão longe e encontrar alguém de Mação, portanto, entrares, desde Bruxelas, a qualquer país europeu, àquilo que esta altura, acho que ainda tenho o recorde que é numa província no sul de Angola, numa casa de amigos de um jantar organizado, alguém perguntar “és de Mação?” e nós ficarmos boquiabertos, qual era a probabilidade de, pronto, mas isto acontece com alguma frequência e é muito frequente encontrar estas histórias do, eu encontrei alguém de Mação lá tão longe”

FM2 (homem, 27 anos, Técnico de informática, Foros de Amora)

Pensando na proposta de Castells (Castells, 2004), é possível ver a questão do ponto de vista da não adequação das capacidades de determinadas esferas para acompanhar os crescentes fluxos de informação que surgem e, assim, não atingir a plenitude inclusiva da existência cognitiva numa sociedade em rede. Para além disso, e relacionando esta linha de pensamento com o tema desta proposta, esta existência e o não contributo para os objectivos do modelo informativo e social têm levado à tentativa de adequação dessas esferas humanas, naturais e económicas num contexto social em rede de forma errada, na medida em que a tendência não revela um esforço de capacitação do interior, mas a sua remetência para uma existência secundária e de mero suporte a esferas e focos de desenvolvimento mais avançados. Se os fluxos de informação são restritos a componentes efectivamente capazes de os receber, decodificar e transmitir, outras componentes ficarão, à partida, em posição de desvantagem face às primeiras, afectando todas as formas de

produção imaterial, subjectiva e simbólica que se desenvolvem no seu contexto. Estas componentes menos capazes tendem, por fim, a seguir lógicas evolutivas exogenamente determinadas, e não a seguir caminhos auto-determinados (esta é uma forma de explicar a razão pela qual muitas das medidas de promoção do desenvolvimento do Interior português são notoriamente litoral - centradas, importações etnocêntricas de experiências consumadas noutros sítios que se acredita que possam surtir efeitos semelhantes em territórios que, na verdade, têm as suas exigências específicas). Para além de muitas das medidas estipuladas para fomentar o desenvolvimento do Interior português serem, sobretudo no contexto contemporâneo de crise, insustentáveis (a nível económico e político), a desadequação territorial face aos padrões comunicacionais de uma sociedade informacional em rede pode decretar alinhamentos de variada ordem como, por exemplo, em termos económicos, a definição de centros de relevância económica e de suas zonas periféricas e semi-periféricas de apoio. Permanece a necessidade de um maior investimento na capacitação de cada região, é ao nível local que devem ser concretizadas as políticas concretas ligadas à sociedade de informação, quer se trate de infra-estruturas, investigação, ajuda às empresas, promoção do emprego, organização da formação profissional ou da política de comunicação, pelo que situações graves de exclusão económica, social, geográfica informacional e competitiva colocam sérios limites às regiões votadas ao estatuto da interioridade (Vendramin e Valenduc, 1998). Num contexto de competitividade global, é fulcral uma promoção da capacidade do local e o fortalecimento das capacidades de interacção numa sociedade informacional em rede. Se, noutros contornos, a facilitação dos processos comunicacionais conduz a um acesso mais generalizado à informação e ao conhecimento, capitais importantes nas dinâmicas de poder e desenvolvimento das sociedades em contexto de globalização (Castells, 2004: 8), neste contexto as medidas têm estado desviadas do propósito-chave de aumentar a capacidade atractiva do interior português.

Pense-se o caso do concelho de Mação e da sua aposta no sector agro-industrial. As deficiências dos sistemas agro-alimentares tendem a derivar de questões relacionadas com o fraco associativismo agrícola (Wolf, 2008: 203), o que no concelho, em particular, e em Portugal, no geral, está bem patente no desagregado regime de propriedade e na sua estrutura parcelar minifundiária. Estas deficiências derivam, note-se, não só da fraca associação entre proprietários (que o concelho se esforça por combater), mas de todos os agentes que constituem a estrutura económica regional e nacional enquanto esfera multifuncional. O pendor simbólico da sociedade informacional em rede é tão inclusivo como coercivo e estandardizante, porque mesmo a diferenciação das partes pressupõe uma relevante institucionalização dos métodos e conteúdos comunicacionais, o que em territórios menos desenvolvidos pode exercer efeitos de enviesamento das dinâmicas locais, nos seus sentidos de mudança, lançando as bases para relações hierárquicas entre territórios e seus contributos para a totalidade das componentes de *hardware* do sistema. Esta ideia está subjectivamente bem presente nas latitudes do discurso e da formação política e de planeamento, uma forma de etnocentrismo territorial institucionalmente bem enquadrado e

justificado. A optimização das dinâmicas funcionais de uma componente de *hardware* depende da compreensão simbólica e informacional, um processo de adaptação a *software* específico, que permite a inclusão de novas esferas de influência contribuem para a diversidade dentro da própria rede de componentes. Esta ideia é a própria materialização da aldeia global de McLuhan, é esta criação de novos espaços de sociabilidade e mobilidade, novos territórios, novas identidades e práticas sociais (Silva, 2004).

Reflectindo, por fim, as questões do despovoamento em termos gerais, há uma série de eixos reflexivos para os quais a análise do fenómeno, em ciências sociais, se deverá orientar. Em primeiro lugar, um corte com o pensamento actual, de que nada indica que a revitalização económica e demográfica do interior se vai fazer pelo ressurgimento do peso económico e produtivo do sector primário (é mais provável, quando muito, que seja pela sua conjugação com o investimento noutros sectores, como a agro-indústria). É necessário construir uma visão holística do mundo rural, mais não seja através do multifuncionalismo agrícola e sua afirmação económica nas estruturas produtivas (Cairol, Coudel, Knickel, Caron e Kröger, 2009). Em segundo lugar, deve haver cautela na afirmação de que o repovoamento e revitalização do interior português não recomeçaram ainda. Ainda que o panorama demográfico aponte para tendências populacionais recessivas, há novos modelos de negócio, novas dinâmicas de investimento e novas formas de povoamento que estão já a ganhar importância substancial na forma de ocupação dos territórios mais afastados dos pólos urbanos litorais, isto é, o facto de não haver uma massa populacional a deslocar-se para essas zonas não é incompatível com repovoamento, para já, simbólico, feito de novas ideias e novas formas de relação entre os indivíduos e o espaço. Veja-se o exemplo do trabalho à distância que não é, para já, uma realidade na estrutura laboral portuguesa, mas é uma ideia que começa a ganhar significado substancial. Por último, deve haver, também, uma maior abertura na opinião pública, discurso político e produção científica no que toca à discussão, reflexão e estudo das dinâmicas de despovoamento e desertificação associadas às dinâmicas de comunicação, de desenvolvimento dos meios de comunicação e das dinâmicas de mobilidade. A reflexão sobre os meios de comunicação (das mais recentes tecnologias de informação aos meios de comunicação tradicionais como estradas estrada ou ferrovias), sobre o progresso comunicacional, bem como sobre os seus efeitos ao nível dos processos sociais compreende a aceitação de que *“a tecnologia tem sempre consequências imprevistas e não é sempre claro, no início, quem vai ganhar e quem ou o quê vai perder”*, na medida em que mesmo que a promoção do progresso tecnológico se faça por via de objectivos muito específicos, os resultados com ele obtidos tendem a ser sempre inesperados (Postman, 1990). A constituição de novos planos de intervenção para a mitigação do despovoamento deve considerar, para além do trabalho a desenvolver, uma análise do que foi feito, em que medida serviu os objectivos estipulados e, sobretudo, quais foram efectivamente os efeitos não-intencionais que essas medidas provocaram. Sendo Portugal um país tendencialmente mais pequeno, mercê do investimento em infra-estruturas

comunicacionais, fará sentido pensar e explorar em que medida é que o progresso comunicacional teve efeitos não previstos e, até, não desejados ou perversos, na contribuição para o depauperamento do capital demográfico de muitas das regiões interiores que, subitamente, se viram ligadas a uma rede e processos sociais a uma escala totalmente desfasada das realidades locais.

Fontes

Revisão do Plano Director Municipal do concelho de Mação (2006 / 2009), Câmara Municipal de Mação / Atelier Percurso: Arquitectura, Engenharia, Consultores, Mação, 2006 (Exposição pública), 2009 (reed.).
Lei 21/2010 de 23 de Agosto, Integração do concelho de Mação na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Bibliografia

- Beck, Ulrich (1997), *¿Qué es la Globalización? Falacias del Globalismo, respuestas a la Globalización*, Barcelona, Paidós Ibérica.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a new Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Beck, Ulrich; Anthony Giddens e Scott Lash (2000), *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Bechmann, Gottard e Nico Stehr (2002), “The Legacy of Niklas Luhmann”, *Society Springer*, Janeiro / Fevereiro de 2002, pp. 67-75.
- Borja, Jordi e Manuel Castells (1997), *Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus.
- Breton, Philippe e Serge Proulx (1997), *A explosão da comunicação*, Lisboa, Edições Bizâncio.
- Briggs, Asa e Peter Burke (2005), *A social history of the media: From Gutenberg to the internet*, Cambridge, Polity Press.
- Brito, Joaquim Pais de, António Firmino da Costa e José M. Paquete de Oliveira (1989), “Au Portugal: Villages et agents médiateurs de communication” em Bassand, Michel e Jean-Marie Moeckli (orgs.), *Villages: Quels espoirs?*, Berna, Editions Peter Lang S.A..
- Cairol, Dominique, Emilie Coudel, Kartheinz Knickel, Patrick Caron e Melanie Kröger (2009), “Multifunctionality of agriculture and rural areas as reflected in policies: the importance and relevance of the territorial view”, *Journal of Environmental Policy and Planning*, Vol. XI, pp. 269-289.
- Campos, Renato V, Margarida Oliveira e César Lourenço (2009), *Evolução e perspectiva demográfica no Distrito de Santarém – Projecções e análise concelhia 2001 – 2030*, Cadernos Distritais, nº 5, Santarém, Governo Civil.
- Castells, Manuel (2001), *Local and Global: Cities in the Network Society*, California, University of Berkeley.
- Castells, Manuel (2004), *The Network Society: a cross-cultural perspective*, Northampton, Edward Elgar.

- Castells, Manuel (2000), *The Information Age: economy, society and culture, Vol.1 – The rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell Publishers Inc.
- Castells, Manuel (1997), *The Information Age: economy, society and culture, Vol.2 – The power of identity*, Oxford, Blackwell Publishers Inc.
- Castells, Manuel (1975), *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença.
- Castells, Manuel (2002), “Urban Sociology in the twenty-first century”, *Cidades: Comunidades e Territórios*, 5, pp. 9-19.
- Castells, Manuel e Ida Susser (orgs.) (2002), *The Castells reader on cities and social theory*, Oxford, Wiley-Blackwell
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia.
- Henderson, Jeffrey e Manuel Castells (1987), *Global restructuring and territorial development*, Londres, Sage Publications.
- Innis, Harold (1951), *The bias of communication*, Toronto, University of Toronto Press.
- Luhmann, Niklas (2001), *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.
- Luhmann, Niklas (1993), *Risk: A sociological theory*, Nova Iorque, Walter de Gruyter.
- Maroco, João (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- McLuhan, Marshall (1964), *Understanding media: The extensions of man*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 2001.
- Postman, Neil (1990), “Informing ourselves to death”, comunicação apresentada na Conferência da Gesellschaft für Informatik (German Informatics Society), 11 de Outubro de 1990, Estugarda.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1987), “As micro-pátrias do interior português”, *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 98.
- Silva, Lídia Oliveira Loureiro da (2004), “A internet – a geração de um novo espaço antropológico” em Lemos, André e Marcos Palacios, *Janelas do Ciberespaço – Comunicação e cibercultura*, Porto Alegre, Sulina.
- Sousa, Vanessa Duarte (2007), “Factores de atracção e repulsão dos territórios rurais deprimidos – Uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira)”, comunicação apresentada no III Congresso de Estudos Rurais, Universidade do Algarve, 1 a 3 de Novembro de 2007, Lisboa.
- Subtil, Filipa (2006), *Compreender os media: as extensões de Marshall McLuhan*, Coimbra, Minerva Coimbra.

ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTA

Bom dia, o meu nome é Miguel Morais. Sou aluno do mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no ISCTE-IUL e estou a fazer trabalho de campo no âmbito da dissertação de mestrado que estou a realizar, sobre os efeitos do progresso comunicacional no desenvolvimento do interior português – o estudo de caso do concelho de Mação. Gostaria de explorar, ao longo desta entrevista, a sua situação de vida e a sua relação passada e presente com o concelho de Mação, de onde está deslocado(a). Gostaria de saber, antes de mais, a sua idade, situação escolar e / ou profissional e habilitações académicas.

- Em que situações se teve de deslocar do concelho para residir temporária ou permanentemente?

- Falando do seu percurso de vida no concelho, nasceu / cresceu no concelho de Mação?

- (Se sim) Em que localidade? A sua família é originária do concelho? Qual a dimensão do agregado familiar original?

- Residiu em mais algum local?

- Pensando em termos de qualidade de vida, quais os aspectos de um local ou região que contribuem para uma boa qualidade de vida?

- Como caracteriza a qualidade de vida no concelho de Mação?

- Acerca do seu percurso escolar, frequentou o ensino em Mação?

- Se sim, como caracteriza esse percurso e quais os pontos positivos e negativos do ensino nos estabelecimentos que frequentou?

- Se não, onde fez a sua escolaridade e porque não em Mação?

- Tendo a conta as fases escolares de escolhas de área de estudos e em termos de planificação do seu futuro escolar e profissional, como projectou o seu percurso? Recordar-se de algumas questões em particular que tenha tido em conta nesse processo?

- Sentiu que teve sempre condições para concretizar qualquer escolha que fizesse ou sentiu-se de alguma forma constringido ou influenciado por algum factor que não a sua vontade em exclusivo?

- Considera que a sua aptidão e gosto curricular / profissional coincidiu sempre com o seu percurso escolar?

- Na chegada à fase de escolha e entrada para o ensino superior, quais os factores que presidiram à decisão de fazer ou não estudos superiores?

- Se sim. E à escolha de um estabelecimento de ensino? Conseguiu ingressar no estabelecimento e área pretendida? Em que medida o facto de estar deslocado da área de residência afectou a sua escolha?

- (Se não). Como decorreu a sua entrada no mercado de trabalho?

- Quais considera terem sido as principais mudanças em termos do seu modo de vida devido à deslocação do concelho, ao facto de passar a ter duas residências, ou, sendo esse o caso, uma nova residência?

- Como caracteriza a sua relação com o concelho antes e após a sua deslocação?

- Em que medida considera importante a manutenção de contacto com o concelho, os que lá vivem e os que de lá se encontram deslocados?

- De que formas manteve esses contactos?

- Pondera a hipótese de fazer de Mação a sua residência permanente no futuro? Em que medida? Que factores pesa ao pensar nesta questão?

- Pensando na hipótese de vir a fazer de Mação a sua residência, sente que o concelho tem condições para garantir uma boa qualidade de vida? Em que medida acha que se poderia sentir beneficiado ou prejudicado por fazer essa opção?

- Abordando agora as questões comunicacionais, como descreve a situação do concelho em termos comunicacionais e de disponibilidade de meios de comunicação? E tendo em conta a sua experiência de vida no concelho e fora dele, como descreve, nos termos da pergunta, a situação do concelho?

- E falando de telefones, transportes públicos, estradas, internet banda larga, acesso a recursos de informação multimédia, etc.?

- Creio que abordámos todos os pontos de interesse. Tendo em conta a orientação da nossa conversa, há algum aspecto de que se lembre e considere relevante neste contexto?

ANEXO B - CONSENTIMENTO INFORMADO

O meu nome é Miguel Morais. Sou técnico de Sociologia, licenciado no ISCTE - IUL e encontro-me actualmente a completar estudos na mesma instituição, com vista à obtenção do grau de mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da informação. O estudo em que lhe solicito que participe é parte integrante da dissertação de mestrado, a qual está a ser orientada pelo Prof. Dr. Gustavo Cardoso.

Objectivo da investigação. Estou a estudar os efeitos do progresso comunicacional no desenvolvimento do interior português, na forma de um estudo de caso sobre o concelho de Mação. Tendo já desenvolvido investigação sobre as dinâmicas de desertificação e despovoamento no concelho, este trabalho pretende abordar as dinâmicas comunicacionais de Mação nas suas mais variadas vertentes, através de uma percepção compreensiva da forma como os jovens, massa crítica fundamental para o desenvolvimento de qualquer região, que se encontram deslocados do concelho, pensam, concretizam e comunicam os seus projectos individuais em paralelo com a ligação ao concelho.

Procedimento do estudo, instrumentos e duração. A componente empírica do estudo será feita em duas fases distintas: uma primeira fase consiste na exploração da situação económica, social, demográfica e comunicacional do concelho através de um processo de diagnóstico. A segunda etapa do estudo, para a qual peço a sua participação, baseia-se numa série de entrevistas em modelo a indivíduos entre os 20 e os 35 anos de idade que se encontrem deslocados do concelho, temporária ou permanentemente, com vista à interpretação das suas percepções sobre a sua relação com o concelho, a construção dos seus projectos pessoais e a forma é estabelecida uma relação comunicacional, física ou não, com a região. A entrevista durará cerca de uma hora e será gravada em formato áudio.

Participação, anonimato e confidencialidade. A participação neste estudo é completamente voluntária. O entrevistado, pode retirar-se a qualquer momento, agora ou mais tarde, no decorrer do mesmo. A participação é completamente anónima, sendo atribuído o entrevistado reconhecido por código e os dados são confidenciais: serão mantidos em minha posse durante a fase de tratamento dos registos obtidos. Apenas eu terei acesso aos registos originais que serão destruídos assim que a dissertação estiver concluída. A participação neste estudo não compreende quaisquer riscos. Se desejar informação adicional poderá entrar em contacto comigo via e-mail através do endereço (...). Ao assinar este documento o entrevistado assume conhecer integralmente o conteúdo do estudo em que está a participar.

O investigador.

Ass. _____

O Entrevistado.

Ass. _____

ANEXO C – ANÁLISE DE CONTEÚDO – SISTEMA DE CÓDIGOS E REGISTO DE FREQUÊNCIAS

	FM1, homem, 33 anos, Consultor no ramo imobiliário, Lisboa	FM2, homem, 27 anos, Técnico de informática, Foros de Amora	FM3, homem, 31 anos, Informático, Benfica	FM4, homem, 31 anos, Prof.1º ciclo, Amadora	FM5, homem, 33 anos, Investigador seguros, Cacém	FM6, homem, 32 anos, Motorista privado, Barreiro	FM7, mulher, 31 anos, Gestora R.H., Lisboa	FM8, mulher, 25 anos, Técnica SIG's, Lisboa	FM9, mulher, 23 anos, Enfermeira, Lisboa	FM10, homem, 22 anos, Estudante / Barman, Castelo Branco
(a1) Em que situações se deslocou do concelho?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(a1c) Para fixar residência	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(a1b) Para trabalhar	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
(a1a) Para estudar	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0
(a1a1) Busca de melhor qualidade de ensino	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
(a1a2) Procura de novas oportunidades	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1
(b1) Nasceu / cresceu no concelho?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(b1b) Não	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
(b1a) Sim	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
(c1) A família é originária do concelho?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(c1b) Não	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(c1a) Sim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
(c11) Agregado familiar quando residia em Mação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(c11d) 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

(c11c) Mais de 5	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
(c11b) 3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
(c11a) 4	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0
(d1) Residiu em mais algum local antes da deslocação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(d1b) Sim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
(d1a) Não	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
(e1) Aspectos que contribuem para uma boa qualidade de vida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(e1i) Qualidade ambiental	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
(e1a) Segurança	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(e1b) Tranquilidade	2	0	1	0	0	1	1	1	0	0
(e1c) Familiaridade dos laços	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0
(e1d) Viver num pólo urbano no interior	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
(e1e) Disponibilidade de serviços de saúde, sociais, comércio, etc.	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
(e1f) Disponibilidade de transportes e meios de comunicação	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
(e1g) Custo de vida baixo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(e1h) Ter um local para passar tempo longe do local de residência	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
(f1) Frequentou o ensino em Mação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(f1b) Não	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
(f1a) Sim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(f1a2) Até ao 12º ano	0	1	0	1	0	0	0	1	2	0
(f1a1) Até ao 9º ano	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1
(g1) Pontos positivos e negativos do ensino em Mação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1a) Positivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1a5) Melhores condições de ensino	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

profissional (actualmente)											
(g1a4) Melhoria da qualidade de ensino (Actualmente)	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
(g1a3) Melhoria das condições infra-estruturais (Actualmente)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1a1) Familiaridade	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0
(g1a2) Segurança	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
(g1b) Negativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1b5) Fraca via profissionalizante (na altura de frequência)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1b4) Baixo aproveitamento em geral	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1b3) Pouca competitividade entre alunos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(g1b1) Ensino pouco exigente	1	2	1	0	2	0	0	1	0	1	1
(g1b2) Excessiva rotatividade dos professores	1	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0
(h1) Se não em Mação, onde fez a escolaridade?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(h1a) Lisboa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(j1) Questões que teve em conta na planificação do futuro?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(j1f) Iniciar vida a dois	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
(j1e) Localização	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
(j1d) Empregabilidade	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1
(j1c) Influência dos colegas	0	3	0	0	1	0	0	1	0	0	0
(j1a) Procura de melhor qualidade de ensino	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
(j1b) Seguir determinada área	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1
(k1) Sentiu-se constrangido no planeamento do futuro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(k1a) Sim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(k1a3) Barreiras familiares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
(k1a2) Abandono dos estudos por razões financeiras	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(k1a1) Escolha de profissão com elevada empregabilidade	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(k1b) Não	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0
(I1) Percurso corresponde ao gosto e aptidão?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(I1b) Não	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(I1a) Sim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
(m1) Ensino superior - razões para entrada ou não entrada?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(m1a3) Progressão na carreira	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1
(m1a2) Realização pessoal	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
(m1a1) Superior fazia parte dos planos	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
(n1) Razões para a escolha do estabelecimento de ensino?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(n1f) Ter residência na área	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
(n1e) Proximidade face a Mação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
(n1d) Assegurar entrada para o Superior	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(n1c) Exigência	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(n1a) Reputação	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
(n1b) Gosto pela área	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(o1) Ingressou no estabelecimento e área pretendida?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(o1b) Não	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0
(o1a) Sim	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
(p1) Estar deslocado afectou escolhas?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(p1a) Não	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0

(q1) Como decorreu entrada para o mercado de trabalho?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(q1d) Começou a trabalhar em Mação, antes de acabar o 9º ano	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(q1c) Começou a trabalhar em Mação, durante o secundário	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(q1a) Começou a trabalhar logo que acabou o curso superior	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0
(q1b) Começou a trabalhar no sítio para onde se deslocou	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1
(r1) Principais mudanças no modo de vida devido à deslocação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(r1h) Fácil adaptação à vida urbana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
(r1g) Situação económica precária (longe da família)	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
(r1f) Estilo de vida vai-vem	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
(r1e) Alterou sociabilidades (frequência e forma de contacto)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
(r1d) Aprender novas coisas / novas capacidades	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(r1c) Diversificação das hipóteses de lazer	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(r1b) Choque com o modo de vida urbano	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0
(r1a) Mais independência/responsabilidade	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0
(s1) Relação com o concelho antes e após deslocação?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(s1e) Passou a ser destino de férias/tempo livres/lazer	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0
(s1d) Saída alterou perspectiva sobre o concelho (+negativa)	0	0	2	0	0	1	0	1	0	1
(s1c) Maior sentido de pertença/laço emocional	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
(s1b) Saída alterou perspectiva sobre o	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0

concelho (+positiva)											
(s1a) Saída correspondeu a crescimento	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
(t1) Importância de manutenção de contacto com concelho/pessoas?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(t1b) Importante	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1
(t1a) Muito importante	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0
(u1) De que formas mantém contacto com terra e pessoas?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(u1f) Levar pessoas a Mação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(u1a) Forte sociabilidade com deslocados	2	2	2	1	1	0	1	0	0	0	0
(u1b) Telecomunicações	1	0	1	0	2	1	0	2	1	0	0
(u1c) Internet / redes sociais	2	2	0	0	0	2	0	1	0	0	0
(u1d) Ser activista político em Mação	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(u1e) Indo a Mação	2	3	1	2	2	1	1	1	1	1	1
(v1) Pondera fazer de Mação residência no futuro?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(v1b) Não	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
(v1a) Sim	1	2	0	0	1	1	1	0	1	1	1
(v1a1) Já em idade inactiva	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0
(x1) Factores que pesam na decisão de residir em Mação no futuro?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1a) Negativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1a9) Rede amical pouco desenvolvida	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
(x1a8) Pequenez do meio	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
(x1a1) Fraca oferta de emprego qualificado	1	3	2	2	1	0	1	1	1	1	1
(x1a2) Pouca oferta cultural	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1a3) Não há hipóteses de prosseguir estudos	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0

(x1a4) Dificuldade do trabalho à distância	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1a5) Estagnação económica provocada por razões endógenas	0	1	0	1	1	0	2	2	0	0	0
(x1a6) Pouca disponibilidade de serviços	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
(x1a7) Situação comunicacional negativa	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1b) Positivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1b9) Sociabilidades	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
(x1b8) Qualidade ambiental	0	0	1	2	3	1	1	0	0	0	1
(x1b7) Sentimento de pertença/laço emocional	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1b6) Melhores condições para constituir família	0	2	0	0	1	0	2	0	1	0	0
(x1b5) Viver próximo dos familiares	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1
(x1b4) Custo de vida mais baixo	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0
(x1b3) Acessibilidades e ligações a pólos urbanos	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(x1b1) Tranquilidade	1	2	0	1	1	1	0	1	0	0	0
(x1b2) Segurança	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1) Residir em Mação - aspectos positivos e negativos?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1a) Positivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1a8) Acessibilidades / Ligação a pólos urbanos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1a7) Orgulho na pertença a Mação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1a6) Melhores condições para constituir família	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0
(y1a5) Custo de vida mais baixo	0	2	1	0	1	1	0	1	0	0	0
(y1a1) Sociabilidades	1	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0
(y1a2) Qualidade ambiental	1	0	1	2	3	2	0	0	0	0	1

(y1a3) Tranquilidade	1	2	0	1	1	1	0	1	0	0
(y1a4) Familiaridade dos laços	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1
(y1b) Negativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1b9) Rede amical fraca pouco desenvolvida	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
(y1b8) Cultura do álcool	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
(y1b7) Pequenez do meio	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
(y1b6) Pouca disponibilidade de serviços	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0
(y1b5) Dificuldade em começar negócio	0	2	0	0	1	0	1	0	0	0
(y1b4) Estigma do deslocado	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1b1) Falta de emprego qualificado	1	2	2	1	1	0	1	1	1	1
(y1b2) Poucas hipóteses de sociabilidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(y1b3) Pouca oferta cultural	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0
(w1) Percepção sobre situação comunicacional do concelho?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(w1a) Situação negativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(w1a3) SCUT pagas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
(w1a2) Ligações multimédia são lentas	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0
(w1a1) Progresso comunicacional foi mal aproveitado	0	1	0	0	0	0	2	0	0	1
(w1b) Situação positiva	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(w1b3) Maior projecção da imagem do concelho	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0
(w1b2) Mação está ligado a todo o país	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0
(w1b1) Distâncias relativas) situação evoluiu positivamente	1	3	0	2	2	0	1	0	0	0
(z1) Meios de comunicação que refere?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(z1g) Jornal regional	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(z1f) Clusters eólicos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
(z1e) Rede ferroviária	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
(z1a) Televisão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(z1b) Comunicações móveis	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1
(z1c) Internet	1	2	0	1	0	0	1	1	0	0
(z1d) Redes viárias (estradas e auto-estrada)	1	2	1	3	1	1	0	1	1	2

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome MIGUEL PAISANA MORAIS
Morada AVENIDA LUIS DE CAMÕES, Nº 6, 1º Esq. 2745-301 QUELUZ, PORTUGAL
Telefone 21 437 68 01
Telemóvel 96 807 99 40
Correio electrónico mpaisana@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 12. 01. 1987

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Datas (de – até) 30 de Fevereiro a 9 de Março de 2009
- Nome e endereço do empregador Lemon Lda. - Av. Do Brasil, nº30, 2750-309 Cascais
- Tipo de empresa ou sector Produção de eventos
- Função ou cargo ocupado Assistente de projecto “As tuas músicas cantam o teu nome”
- Principais actividades e responsabilidades Assistência de comunicação e marketing; assistência logística

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

- Data Setembro de 2005 a Julho de 2008
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Licenciatura em Sociologia e Planeamento
- Principais disciplinas/competências profissionais Formação académica em sociologia geral e áreas sociológicas especializadas de Sociologia das Organizações e Sociologia do Ambiente; formação intensiva em Sociologia e Planeamento (metodologia de diagnóstico e planeamento, gestão de projectos e políticas sociais).
- Designação da qualificação atribuída Técnico de Sociologia; Licenciado em Sociologia e Planeamento (1º Ciclo de Bolonha)
- Classificação obtida 16,3 valores
- Data Aprovação de candidatura / matrícula em Setembro de 2008
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação
- Principais disciplinas / competências profissionais Formação académica em Sociologia da Comunicação e da Cultura, vertente curricular do mestrado concluída no ano lectivo de 2009 / 2010, com a média de 17 valores.
- Designação da qualificação atribuída -----
- Classificação obtida -----

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA PORTUGUÊS

OUTRAS LÍNGUAS INGLÊS

Auto-avaliação, nível europeu

**Segundo o Quadro Europeu Comum de referência*

Inglês (nível 7)

Compreender		Falar		Escrever
Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
C1 – utilizador experiente				

Francês (nível 6)

Compreender		Falar		Escrever
Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
B1 – utilizador independente	B2 – utilizador independente	B1 – utilizador experiente	A2 – utilizador elementar	B1 – utilizador independente

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
SOCIAIS**

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE
ORGANIZAÇÃO**

Experiência em práticas elementares de tesouraria, secretaria e organização documental de grupos em processo de trabalho com necessidades de práticas orçamentais e de balanço; grande prática em processos logísticos e organização de actividades de enriquecimento pessoal, social e comunitário. Experiência no contacto de Entidades Públicas para planeamento e organização de actividades e eventos (forças de segurança, bombeiros, Escolas, Autarquias e Freguesias).

Experiência na dinamização, organização e divulgação de eventos culturais (mostras fotográficas individuais e conjuntas)

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
TÉCNICAS**

Bons conhecimentos em Microsoft Office (Word / Excel / Powerpoint) e Internet na óptica do utilizador. Bons conhecimentos e prática em SPSS (Statistics Package for Social Sciences). Bons conhecimentos em sistema operativo Windos e Mac OS

Bons conhecimentos de fotografia analógica (óptica e procedimentos técnicos na captação da imagem; conhecimentos elementares de revelação e impressão de negativos a preto e branco).

Conhecimentos práticos de técnicas de agricultura biológica / permacultura em espaço urbano.

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
ARTÍSTICAS**

Bons conhecimentos de composição e estética fotográfica.

**OUTRAS APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS**

CARTA(S) DE CONDUÇÃO

Carta de condução de veículos ligeiros (Tipo B), emitida por DGV – Lisboa, em 16. 11. 2005

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Elemento do Corpo Nacional de Escutas pelo Agrupamento 900 – Monte Abraão desde Outubro de 1997.

Dinamizador e colaborador do projecto da Horta Comunitária de Monte Abraão desde Setembro de 2008.

Prémios e distinções académicas:

- Prémio de Ingresso na licenciatura em Sociologia e Planeamento atribuído pela Presidência do ISCTE no início do ano lectivo de 2005 / 2006 pela nota de ingresso de 16,8 valores (média final do Ensino Secundário com ponderação à disciplina específica de Filosofia);

- Prémio de Excelência Académica atribuído pela Presidência do ISCTE no ano lectivo de 2006 / 2007 pela classificação final do primeiro ano da licenciatura em Sociologia e Planeamento, concluído no ano lectivo de 2005 / 2006, correspondente a 16,3 valores;

- Prémio de Excelência Académica atribuído pela Presidência do ISCTE no ano lectivo de 2007 / 2008 pela classificação final do segundo ano da licenciatura em Sociologia e Planeamento, concluído no ano lectivo de 2006 / 2007, correspondente a 16,5 valores;

- Bolsa de Mérito atribuída pelo Conselho Pedagógico do ISCTE no ano lectivo de 2007 / 2008 pela classificação final do segundo ano da licenciatura em Sociologia e Planeamento, concluído no ano lectivo de 2006 / 2007, correspondente a 16,5 valores.

- Prémio Caixa Geral de Depósitos Melhores Alunos Finalistas pela média conclusão da Licenciatura em Sociologia e Planeamento, no ano lectivo de 2007 / 2008 (16 valores, *qualificado de Bom com distinção*)